



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS DE CODÓ
CURSO DE LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS
HUMANAS/HISTÓRIA

CAROLINE PEREIRA DE MELO

**VISÕES DO TRABALHO LIVRE EM TEMPOS DE ESCRAVIDÃO:
UMA ANÁLISE DO JORNAL *O ARTISTA*
São Luís do Maranhão
(1862-1869)**

CODÓ – MA

2023

CAROLINE PEREIRA DE MELO

**VISÕES DO TRABALHO LIVRE EM TEMPOS DE ESCRAVIDÃO:
UMA ANÁLISE DO JORNAL *O ARTISTA*
São Luís do Maranhão
(1862-1869)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humana/História, da Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências de Codó, como requisito para obtenção do grau de Licenciada em Ciências Humanas/História.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Alexandre Isidio Cardoso

CODÓ – MA

2023

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Pereira de Melo, Caroline.

VISÕES DO TRABALHO LIVRE EM TEMPOS DE ESCRAVIDÃO : UMA ANÁLISE DO JORNAL O ARTISTA - São Luís do Maranhão 1862-1869 / Caroline Pereira de Melo. - 2023.

63 p.

Orientador(a): Antonio Alexandre Isidio Cardoso.

Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Humanas - História, Universidade Federal do Maranhão, Codó - MA, 2023.

1. Escravidão. 2. Liberdade. 3. Maranhão. 4. O Artista. 5. Trabalho. I. Isidio Cardoso, Antonio Alexandre. II. Título.

**VISÕES DO TRABALHO LIVRE EM TEMPOS DE ESCRAVIDÃO:
UMA ANÁLISE DO JORNAL *O ARTISTA*
São Luís do Maranhão
(1862-1869)**

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antonio Alexandre Isidio Cardoso - (orientador)
Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Profa. Dra. Marcia Milena Galdez Ferreira
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA

Profa. Dra. Cristiana Costa da Rocha
Universidade Estadual do Piauí - UESPI

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, por ter me sustentado até aqui.

Agradeço a Universidade Federal do Maranhão-UFMA, pelo suporte e apoio financeiro durante toda a graduação por meios de auxílios e bolsas.

Ao meu orientador, o professor Dr. Alexandre Cardoso por ter sido um orientador incrível e presente durante toda a construção da minha monografia. Obrigada por acreditar em mim, mesmo quando nem eu mesma acreditava.

Aos meus pais, Claudiana e Nilvane, por todo amor e incentivo ao longo da vida.

Aos meus irmãos, Carina, Eduardo e Emerson pelo amor e companheirismo de sempre.

À minha prima/irmã Hellen por todo amor e amizade ao longo da vida.

Às amigas que tive o privilégio de construir durante a graduação, Caio Matheus, Nauvane Niulia, Sinara, Malena e Raimundo obrigada pelo companheirismo e amizade.

Agradeço as minhas amigas, Dainara e Fernanda, pela cumplicidade e amor durante todos esses anos de amizade.

Ao Lucas, pelo cuidado e amor.

Agradeço ao Grupo de Estudos e Pesquisas em História Social dos Sertões-GEPHSertões pelos debates e trocas de conhecimentos.

Por fim, expresso minha eterna gratidão e agradecimento a todos aqueles que colaboraram direta e indiretamente para a realização dessa pesquisa.

*“Isso de querer ser exatamente aquilo que
a gente é ainda vai nos levar além”.*

Paulo Leminski

Aos meus pais, Claudiana e Nilvane, pelo amor e incentivo.

RESUMO

O presente trabalho se propõe a realizar um estudo historiográfico e hemerográfico acerca do trabalho livre, considerando o contexto brasileiro do século XIX, tendo como foco principal a Província do Maranhão. A fonte histórica utilizada para o embasamento da pesquisa será o periódico *O ARTISTA: JORNAL DEDICADO À INDÚSTRIA E PRINCIPALMENTE ÀS ARTES (MA)* 1862-1869, que circulou por dois períodos distintos em São Luís. Em suas páginas haviam assuntos e temas variados, com um tom moralizante ligado a um projeto de regeneração da sociedade, com atenção à atuação de trabalhadores livres, vistos como fundamentais na formação de uma classe trabalhadora maranhense ligada às diversas artes e ofícios mecânicos. Durante a análise qualitativa, constatou-se que, o jornal *O ARTISTA* almejava o progresso moral, intelectual e o aperfeiçoamento de técnicas em ofícios mecânicos exercidos por artistas livres e pobres. Tal entendimento reformista, excluía patentemente trabalhadores escravizados, sem nenhum aceno sobre melhorias de suas condições de trabalho, referendando a posição marginal de cativos perante a sociedade escravocrata maranhense. Isto posto, foi possível analisarmos algumas das concepções do *O ARTISTA* em relação à população escravizada, como também, analisarmos a proposta de abolição da escravidão na província maranhense elaborada pelo referido jornal. Nesse sentido, verificou-se que a proposta do periódico se preocupava mais com os interesses dos grandes proprietários de terras, do que com a liberdade e bem-estar da população que vivia sob o jugo da escravidão. Assim, a presente monografia tem o objetivo de refletir sobre alguns capítulos da História do Trabalho no Maranhão, situadas nas porosas fronteiras e acepções da liberdade e da escravidão no século XIX.

Palavras-chave: Trabalho; Maranhão; O Artista; Liberdade; Escravidão;

ABSTRACT

The present work proposes to carry out a historiographic and hemerographic study about free labor, considering the Brazilian context of the 19th century, with the Province of Maranhão as its main focus. The historical source used for the basis of the research will be the periodical *O ARTISTA: JOURNAL DEDICADO à INDUSTRIA E ESPINCIALLY AS ARTS (MA) 1862-1869*, which circulated for two different periods in São Luís. In its pages there were varied subjects and themes, with a moralizing tone linked to a project of regeneration of society, with attention to the performance of free workers, seen as fundamental in the making of the Maranhão working class linked to the various arts and mechanical crafts. During the qualitative analysis, it was found that the newspaper *O ARTISTA* aimed at moral and intellectual progress and the improvement of techniques in mechanical crafts exercised by free and poor workers. Such a reformist understanding patently excluded enslaved workers, without any mention of improvements in their working conditions, endorsing the marginal position of captives in the slave-owning society of Maranhão. That said, it was possible to analyze some of the conceptions of *O ARTISTA* in relation to the enslaved population, as well as to analyze the proposal for the abolition of slavery in the Maranhão province elaborated by the referred newspaper. In this sense, it was found that the journal's proposal was more concerned with the interests of large landowners, than with the freedom and well-being of the population that lived under the yoke of slavery. Thus, this monograph aims to argue some chapters of the History of Labor in Maranhão, located in the porous borders and meanings of freedom and slavery in the 19th century.

Keywords: Workers; Maranhão; O Artista; Freedom; Slavery

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Capa e <i>Design</i> do jornal <i>O ARTISTA</i> no ano de 1862	39
Figura 2 – Capa e <i>Design</i> do jornal <i>O ARTISTA</i> no ano de 1868	39

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quantidade de edições e anos de circulação do Jornal <i>O Artista</i> (1862-1869)	37
Tabela 2 - Ofícios mecânicos exercidos no Maranhão no século XIX.....	47

LISTA DE SIGLAS

BNDigital - Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1	17
1.1 Trabalhadores Livres e Pobres na Historiografia Brasileira.....	17
1.2 Trabalhadores Livres e Pobres na Historiografia do Maranhão	22
CAPÍTULO 2	26
2.1 A Utilização de Jornais Como Fonte Histórica	26
2.2 Surgimento da Imprensa Escrita no Brasil e no Maranhão	29
2.3 São Luís no Contexto do Século XIX	31
2.4 O Artista	33
CAPÍTULO 3	41
3.1 Análise Hemerográfica do Jornal O ARTISTA	41
3.2 Leituras Acerca da Ociosidade	42
3.3 Artistas Escravizados.....	45
3.4 Proposta do <i>O ARTISTA</i> para a Abolição da Escravidão na Província Maranhense....	51
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
PERIÓDICO	58
REFERÊNCIAS	58

INTRODUÇÃO

As fronteiras entre a escravidão e trabalho livre no contexto brasileiro e maranhense em meados do século XIX e nas primeiras décadas do século XX eram bastantes incertas e complexas, tendo em vista que, os livres pobres e escravizados ocupavam espaços e ocupações muitas vezes semelhantes, as vezes trabalhando lado a lado.

Diante disso, objetivamos analisar as ideias acerca da formação da classe trabalhadora maranhense apresentada a partir das páginas do jornal *O ARTISTA: JORNAL DEDICADO À INDÚSTRIA E PRINCIPALMENTE ÀS ARTES (MA) 1862-1869*. Nesse sentido, a presente pesquisa procurou estar em diálogo com as teorias e análises do historiador britânico Edward Palmer Thompson, que em seus estudos se propôs a estudar a formação da classe operária inglesa, suas mobilizações e experiências durante os séculos XVIII e XIX, priorizando uma *História Vista de Baixo*. Ou seja, priorizando as classes sociais menos abastadas, consideradas inferiores e subalternas, tornando-as agentes de sua própria história e época, como os artesãos, camponeses e os operários, por exemplo. Mesmo não refletindo necessariamente a conjuntura brasileira e maranhense, suas concepções e estudos são de grande valia.

Destarte, a pesquisa tem como recorte espacial a Província do Maranhão e como recorte temporal a década de 1860, sobre a qual realizamos a análise qualitativa e quantitativa do jornal *O ARTISTA*. O interesse pela pesquisa surgiu mediante conversas e trabalhos realizados no Centro de Ciências de Codó, no Grupo de Estudos e Pesquisas em História Social dos Sertões-GEPHSertões-UFMA, que consistiam em buscas de escravos fugidos no Maranhão no século XIX, tendo como ferramenta principal a Hemeroteca Digital Brasileira-BNDDigital. Durante o processo de catalogação, o apoio e acompanhamento do Dr. Alexandre Cardoso foram essenciais para o andamento da pesquisa, através de conversas e discussões o processo se tornou mais desafiador e intrigante.

Dessa maneira, a pesquisa está estruturada nas seguintes abordagens metodológicas: historiográfica, hemerográfica e exploratória. É historiográfica, visto que, ao analisarmos artigos científicos, dissertações, monografias e livros de historiadores e pesquisadores que se dedicaram a estudar a temática analisada, visando obter uma maior compreensão do contexto oitocentista no que se refere ao trabalho livre, para tentarmos evitar armadilhas, equívocos ou anacronismos. É hemerográfica, pois consistiu em uma investigação sobre um periódico, através do qual visamos analisar e compreender ideias e representações acerca do trabalho livre e do trabalho escravo, referenciados em projetos de regeneração da sociedade maranhense. É também exploratória, pois tivemos como intuito abordar uma temática pouco explorada, instigando novas

pesquisas acadêmicas a respeito da referida temática (LUCCA, 2020); (PIMENTEL, 2001) e (SEIBEL, 2007).

A pesquisa está dividida da seguinte maneira, o primeiro capítulo consiste em um balanço historiográfico acerca da população livre e pobre, analisando os discursos proferidos pelas elites escravistas, autoridades oficiais, cruzando tais perspectivas com discussões da historiografia brasileira e maranhense sobre a temática. Será discutido nessa parte o processo de marginalização sofrida pelos trabalhadores livres e pobres por parte dos grandes proprietários de terras, analisando visões pejorativas de autoridades oficiais, que comumente taxavam pobres livres como criminosos, ociosos, vadios e selvagens.

No segundo capítulo, será introduzido o debate da documentação. Realizaremos uma contextualização histórica acerca do uso de jornais enquanto fontes históricas. Discutiremos inicialmente o que era fonte histórica e a trajetória dos jornais até serem considerados fontes potenciais para realização de estudos históricos acadêmicos. Diante disso, realizamos uma discussão historiográfica acerca do surgimento da imprensa escrita no Brasil e na província maranhense. Discutiremos também aspectos gerais da conformação da cidade São Luís no dezenove, tendo em vista que, *O ARTISTA* era publicado e direcionado para a população livre e pobre ludovicense. No referido capítulo, analisaremos o dito jornal, descrevendo suas propostas editoriais e assuntos dispostos em suas páginas.

No terceiro capítulo, apresentaremos e discutiremos as propostas morais, sociais e econômicas apresentadas nas páginas do jornal *O ARTISTA*, no que diz respeito à população livre e à população escravizada. Buscando problematizar as concepções dos redatores acerca da ociosidade, será apresentado um comparativo com os estudos historiográficos existentes acerca dessas populações. Abordaremos a presença de artistas escravizados realizando ofícios mecânicos na província maranhense, fazendo um paralelo entre as concepções dos redatores do jornal (contrários ao ensino de ofícios mecânicos aos escravizados) e os mestres de ofícios (favoráveis ao ensino de ofícios mecânicos aos escravizados). Como também, problematizaremos a proposta apresentada pelo referido jornal no que diz respeito a abolição da escravidão na província maranhense nas décadas finais do século XIX. Nesse sentido, constatou-se que, apesar do jornal “defender” a abolição da escravidão, suas medidas em nada favoreciam a dignidade e a liberdade da população escravizada. Em suma, a folha propunha uma abolição gradual e autossustentada pelos libertos, uma maneira de sair da escravidão, com a conservação de atitudes e condutas escravistas para com os trabalhadores.

Durante a análise hemerográfica realizamos uma análise quantitativa e qualitativa das informações analisadas no jornal, por meio de recursos tecnológicos disponibilizado pela

BNDigital, que nos possibilitou filtrar nas 88 edições palavras previamente já definidas, como trabalho, trabalhadores, liberdade, escravidão, escravizados, dentre outras.

Logo, organizamos em tabelas, com datas, quantidades de páginas e textos que iríamos utilizar na construção da pesquisa e na redação deste estudo monográfico. Após a análise das referidas informações, foi possível observarmos algumas particularidades e visões das elites escravistas maranhenses acerca da população livre e escravizada. As páginas que seguem, portanto, são fruto deste esforço analítico, resultado de um primeiro exercício de uma estudante graduanda em História interessada em entender melhor algumas páginas do passado, que infelizmente ainda ecoam no presente.

CAPÍTULO 1

Análise Historiográfica do Trabalho Livre

1.1 Trabalhadores Livres e Pobres na Historiografia Brasileira

Para fundamentação da presente pesquisa serão utilizados autores e autoras que dissertam sobre a temática proposta, considerando o contexto brasileiro em meados do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, tendo como foco principal o Maranhão. Mas, para discorrer sobre o tema do trabalho livre em perspectiva mais abrangente, mencionaremos algumas obras historiográficas que trazem o homem pobre e livre como foco central.

Com as crises finais do sistema agroexportador, pressões internacionais, movimentos abolicionistas e resistência dos escravizados, aumentou rapidamente o contingente de trabalhadores livres e pobres. A socióloga e pesquisadora Maria Sylvia de Carvalho Franco, em seu livro intitulado *Homens livres na ordem escravocrata*, publicado pela primeira vez em 1969, afirma que “esta situação deu origem a uma formação *sui generis* de homens livres e expropriados”. Ou seja, a origem e a constituição da população livre e pobre, estiveram ligadas diretamente ao modo como se ocupou e dividiu-se o solo, cujas terras englobadas pelo patrimônio privado foram responsáveis em determinado momento pela expulsão de camponeses pobres, fazendo com que a população que estava no entorno de fazendas, não se vinculasse ou necessariamente se proletarizassem nos grandes empreendimentos – muitos dos quais de matriz escravocrata (FRANCO, 1997, p. 14).

Em linhas gerais, em vastas áreas do Brasil em formação, pesava sobre os ombros dos escravizados a maioria dos serviços ligados às demandas do mercado, conectados sobretudo com atividades da agricultura mercantil nos anos finais do século XIX. Para Maria Sylvia de Carvalho Franco, isso possibilitou que a população livre e pobre transitasse mais entre o meio urbano e rural na sociedade oitocentista. Tendo em vista que, a responsabilidade e o peso desse sistema não os foi imposto, “desvinculados dos processos essenciais à sociedade”, esses homens e mulheres não mantinham elos duradouros e estáveis com o sistema capitalista, com os grandes proprietários de terras e escravizados (FRANCO, 1997, p. 14).

A mobilidade espacial fazia parte da vida desses indivíduos, que costumavam mudar de moradias, serviços e de laços comunitários e afetivos com certa periodicidade. Suscetíveis a todos

os tipos de ofensas e violências por parte das classes mais abastadas, de certo modo desencaixados do padrão desejado.

Caio Prado Júnior, considerado um dos mais importantes intérpretes do Brasil, renomado escritor, político e advogado brasileiro, tornou-se um dos primeiros autores brasileiros do século XX a pesquisar e estudar a população livre, criador da designação “desclassificados” quando se trata do tema. Em seu livro intitulado *Formação do Brasil Contemporâneo*, publicado pela primeira vez em 1942, ao mencionar trabalhadores pobres livres, deixa em evidência sua multiplicidade, formada por mulatos, pretos, brancos, indígenas e mestiços. (PRADO JÚNIOR, 2011).

Em *História Econômica do Brasil*, obra publicada no ano de 1976, Caio Prado Júnior enfatiza que, os livres pobres possuíam pouca serventia na ordem escravocrata, tendo em vista que, a população livre e pobre não conseguia acomodar-se nos ambientes sociais e econômicos nas áreas mais dinâmicas do país. Segundo o autor, essa situação perdurou por mais de quatro séculos, restando a essa população uma “vida incerta e aleatória”. Prado aponta que, as maneiras de viver desses sujeitos eram vistas como uma “doença” pelas elites escravocratas, vistos como eternos praticantes de desavenças e roubos (PRADO JÚNIOR, 1976, p. 148).

Jacob Gorender, importante intelectual da esquerda brasileira do século XX, em sua obra *Brasil Em Preto & Branco: O Passado Escravista Que Não Passou*, publicada no ano de 2000, faz ponderações relevantes a respeito das características dos trabalhadores livres. Segundo Gorender, uma das “particularidades” dos trabalhadores livres é que estes não constituíam relações de trabalho regulares, pois, muitas vezes desempenhavam suas tarefas em sistemas produtivos de autoconsumo, em dias, horas e semanas muitas vezes desencaixadas das rotinas do mando escravista. Para extensas parcelas dessa população não havia relações duradouras com o sistema capitalista/classe senhorial (GORENDER, 2000).

Estudos contemporâneos, como o do professor e pesquisador Cristiano Luís Christillino, em artigo denominado *O homem livre no Brasil Oitocentista*, publicado no ano de 2015, buscam compreender o homem livre no período oitocentista, no que diz respeito a sua complexidade e origem social. A organização social dos livres pobres era amplamente plural, tanto culturalmente, como economicamente, pois, essa população era formada por homens, mulheres, crianças e idosos, alguns eram portugueses, indígenas, africanos, libertos e migrantes de distintas províncias. Apesar de grande parte dessa população ser destituída de posses e bens, alguns indivíduos possuíam pequenas parcelas de terras e escravos. Fato esse que torna cada vez mais interessante e válido estudá-los, considerando que a maioria dos estudos publicados sobre esse

grupo afirmam e reiteram que não possuíam posses e estabilidade, pois, a transitoriedade e a ociosidade não os permitiam (CHRISTILLINO, 2015).

Com a Lei Eusébio de Queirós de 1850, Lei de Locação de Serviços de 1879, Lei do Ventre Livre de 1871, Lei Sexagenários de 1885 e Lei Áurea de 1888, as elites escravocratas e proprietárias brasileiras em uma tentativa de remodelar as perspectivas de escravidão e trabalho em um país já independente e em processo de modernização, precisavam de maneiras legais para acompanhar as mudanças, sem desmanchar suas estruturas de privilégio. Assim, as elites, em geral, defendiam e entendiam que, por exemplo, imigrantes estrangeiros desempenhariam os trabalhos com mais regularidade que os homens e mulheres libertos e pobres nacionais, pois, os primeiros vindos (sobretudo) da Europa, supostamente se adequariam melhor às expectativas do sistema (PAIVA, 2013), principalmente com o advento de inovações e implementações tecnológicas nos serviços das fábricas, nos grandes centros urbanos e fazendas. Já os trabalhadores livres nacionais, em geral, continuavam sendo vistos como desqualificados e bestiais, alheios a essas mudanças e inovações tecnológicas (MACHADO, 2003).

Acerca desse pensamento vigente e dominante das classes mais abastadas da sociedade imperial, Jéssika de Aquino Bezerra, em sua dissertação de mestrado, pesquisou e estudou a Colônia militar de Jataí, no estado do Paraná, no século XIX. O título do seu trabalho é *Civilizar os sertões, consolidar o Estado. A colônia militar do Jataí e os aldeamentos indígenas no Tibagi (1845 – 1897)*. Segunda a pesquisadora:

[...] a construção de uma imagem do nacional livre e pobre como indolente, conformado e desqualificado para o trabalho-reflexo do atraso e da barbárie-corroborava os projetos políticos e proprietários que percebiam o imigrante europeu como melhor elemento para colonizar o território e levar o Brasil às condições de civilização e progresso desejadas (BEZERRA, 2015, p. 155).

Desse modo, a estigmatização desses sujeitos favorecia as concepções de que a imigração europeia traria progresso ao Brasil, e, de quebra, afastaria o passado de atraso da mão de obra escravizada, na qual o Brasil apoiou-se por mais de três séculos. Os trabalhadores livres e pobres nacionais não faziam parte dos planos da maioria dos proprietários e dos políticos, dessa maneira, eram descritos e colocados como improdutivos e indolentes, colaborando e reforçando os planos imigrantistas (BEZERRA, 2015).

Denise Aparecida S. de Moura em artigo intitulado *Cotidiano, Trabalho e Pobreza em Tempos de Transição: Campinas, 1850-1888*, se propôs a analisar a pluralidade dos homens

livres e pobres em Campinas, no interior de São Paulo, na segunda metade do século XIX. Em seu estudo a autora aponta que, a suposta preferência dos livres nacionais pelo trabalho não regular, pela não adesão à lógica produtiva das grandes fazendas se dava, em alguns casos, como o de Campinas, devido ao recrutamento forçado para a Guarda Nacional.

As relações e contratos provisórios eram uma das artimanhas utilizadas pela população livre no período Imperial para fugir, pois, a regularidade e sistematicidade os deixavam vulneráveis. Os guardas, sabendo dias, horários e locais em que os indivíduos estavam trabalhando, realizavam o recrutamento, sem grandes dificuldades (MOURA, 1996).

Denise Aparecida S. de Moura afirma que, os homens livres e pobres que possuíam condições de plantar e colher seus próprios mantimentos, sem ajuda alguma dos fazendeiros, eram classificados como indolentes, ou mesmo quando participavam de mutirões, cujo objetivo era ajudar um companheiro sobrecarregado de tarefas, essa ajuda era considerada uma forma de vadiagem. A historiadora salienta ainda que, os trabalhadores livres que desempenhavam atividades remuneradas para outros fazendeiros, aqueles que ousavam reivindicar melhores condições de serviços e salários, que tentavam fazer acordos de contas com os proprietários das fazendas, ou mesmo aqueles que tiravam um determinado tempo para o lazer, como beber e dançar em festas noturnas, eram tidos como vadios, ousados e oportunistas pelos fazendeiros e proprietários de terras (MOURA, 1996).

É explícito nos discursos proferidos à época pelas autoridades oficiais, provinciais e pelos grandes fazendeiros que os trabalhadores livres nacionais estavam fora do âmbito dos processos de transformações e modernizações da sociedade brasileira. Aqueles resistentes ao trabalho regular, como os proletarizados nas fazendas, desvinculados das grandes propriedades de terra, eram classificados como indivíduos da pior qualidade, verdadeiras hordas de desordeiros e vadios.

Adelson Brüggemann em sua dissertação de mestrado intitulada *A Sentinela isolada: O cotidiano da colônia militar de Santa Thereza (1854 - 1883)* objetivou analisar a Colônia Militar de Santa Thereza no estado de Santa Catarina, tendo como recorte histórico o século XIX, afirmando que:

Durante o século XIX, os homens livres pobres eram vistos como pessoas de pior qualidade e tornavam-se alvo de constante vigilância e de controle exercido, sobretudo, pela polícia, pelo poder político e também por parte da própria sociedade. Não à toa que, nos relatórios dos diretores das colônias militares, dos presidentes de província e dos ministros do império, o discurso a respeito dessas pessoas é bastante semelhante ao ponto de vista dos senhores de escravos e de boa parte das camadas sociais ligadas ao poder (BRÜGGEMANN, 2013, p. 119-120).

Desse modo, um fato importante acerca das representações dos trabalhadores livres pobres nacionais na historiografia brasileira é que os supracitados aparecem na maioria das vezes como marginalizados, considerados desocupados e preguiçosos, sendo combatidos pelas políticas de combate à “vadiagem”. Assim, deviam ser severamente policiados e observados pelas autoridades oficiais e pela sociedade, de modo geral (BRÜGGEMANN, 2013).

Peter Eisenberg, importante historiador, intelectual e pesquisador da escravidão, trabalho livre, economia açucareira, dentre outros temas, em sua obra *Homens Esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil — Século XVIII e XIX*, expõe essa mentalidade das classes mais abastadas sobre essa camada pobre da sociedade brasileira. O autor analisou os discursos e mentalidades de fazendeiros brasileiros no período Imperial, em dois Congressos Agrícolas realizados no ano de 1879. O primeiro realizado em julho no Rio de Janeiro-RJ e o segundo em outubro do mesmo ano em Recife-PE.

Peter Eisenberg faz menções das várias manifestações e intervenções dos fazendeiros no que se refere ao entendimento de uma pretensa transição da mão de obra escrava para a livre. Segundo o autor, no que diz respeito às medidas repressivas propostas pelos fazendeiros a serem executadas pelo Estado, o intuito principal destas era possibilitar aos grandes proprietários de terras e fazendeiros a disponibilidade de mão de obra da população livre. A fixação e posses em moradias era imprescindível, tendo onde morar essa população não iria “vagar” com tanta facilidade e frequência, considerando que, não possuiriam tempo para o ócio e para a vagabundagem. Ainda, a regularização nas relações de trabalho faria com que esses indivíduos ficassem fincados em seus respectivos empregos, tornando-se idealmente laboriosos e (principalmente) dependentes dos senhores (EISENBERG, 1989).

Joaquim Alvares dos Santos Souza, fazendeiro participante de um dos congressos em tela, manifestou sua opinião no que concerne à repressão à vagabundagem, afirmando que “um regimen policial severo, a que deverão estar sujeitos todos os indivíduos sem arte, sem ofício, e que os induziria a correr “aos doces prazeres da colheita” (EISENBERG, 1989, p. 172). Dessa forma, com medidas rígidas por parte do governo, não haveria escassez de braços nas fazendas e lavouras, essas medidas disciplinariam a população livre, tornando-a ordeira e habituada ao trabalho, nos moldes desejados pelas classes abastadas.

A mentalidade a respeito dos livres pobres serem preguiçosos e marginais estava presente especialmente quando a população livre se encontrava fora dos espaços de submissão, foram do trabalho monopolizado pelas grandes propriedades agroexportadoras, sem necessariamente possuir compromissos de lealdade e regularidade com a classe senhorial. Como afirma Lúcio Kowarick:

Marginalizados desde os tempos coloniais, os (homens) livres e libertos tendem a não passar pela “escola do trabalho”, sendo frequentemente transformado num itinerante que vagueia pelos campos e cidades, visto pelos senhores como a encarnação de uma corja de inútil que prefere a vagabundagem, o vício ou o crime à disciplina do trabalho (KOWARICK, 1994, p. 43).

As designações de marginais, acompanhadas sempre de comentários e afirmações depreciativas, acompanharam esses indivíduos desde o Brasil Colônia, passando para o Brasil Império. Essa população era vista como uma encarnação de uma “corja de inúteis”. Na visão dos senhores e do sistema capitalista, a população livre costumava levar a vida em eterna vagabundagem, preferindo viver de delitos, em vez de acatar os padrões exigidos pelo sistema, que exigia sua sujeição (KOWARICK, 1994).

1.2 Trabalhadores Livres e Pobres na Historiografia do Maranhão

No contexto do Maranhão oitocentista, Regina Helena Martins de Faria, docente aposentada da Universidade Federal do Maranhão-UFMA, em sua obra *Mundos do Trabalho no Maranhão Oitocentista: Os Descaminhos da Liberdade*, publicada no ano de 2012, salienta os posicionamentos e incômodos das elites latifundiárias e escravistas sobre os pobres livres, destituídos de trabalhos rotineiros.

Segundo Regina Helena Martins de Faria, “estas (elites) tinham dificuldades em aceitar a maneira de viver dos indivíduos pobres livres, que reagiam à compulsoriedade do trabalho e muitas vezes chegavam a ameaçar-lhes a propriedade e a vida”. Sendo esses sujeitos, negros livres e libertos, quilombolas, mestiços e indígenas, que na maioria das vezes não se sujeitavam às ordens e desejos das elites, preferindo viver da caça de animais e coleta de frutas, os locais em que viviam muitas vezes eram regiões de difícil acesso ou em ribeiras de rios (FARIA, 2012, p. 131-132).

Regina Helena Martins de Faria destaca ainda que, os livres pobres que permaneciam nos grandes centros urbanos, mesmo prestando serviços e seguindo as leis da sociedade da época, eram vistos com receio e discriminação pelas classes dominantes. Os adjetivos empregados à população livre eram acompanhados de dois aspectos, “a inutilidade e a periculosidade”, às vezes colocados juntos ou separadamente. Seus costumes e modos de sobrevivência eram taxados como prejudiciais e instáveis para a economia, pois, para os proprietários e fazendeiros, essa população além de não possuir nenhum tipo de responsabilidade, não apresentavam necessariamente fidelidade e compromisso com as classes abastadas (FARIA, 2012).

O professor e pesquisador Matheus Gato de Jesus, em sua tese de doutorado denominada como *Racismo e Decadência: Sociedade, Cultura e Intelectuais em São Luís do Maranhão*, defendida no ano de 2015, assinala que, em geral, a camada social pobre livre “era constituída por caboclos, pardos e pretos, sendo correntemente descrita nos documentos oficiais, jornais e livros da época como vadios, facinorosos, indolentes e ociosos” (JESUS, 2015, p. 64). Sendo consenso na época que, todos os que não estavam subordinados aos trabalhos regulares, sob o comando de senhores e proprietários, eram potencialmente criminosos. Durante o período analisado era normal haver citações e menções diretas e indiretas acerca da população livre em fragmentos de jornais, documentos provinciais, correspondências, relatos de políticos, viajantes e escritores.

Nesse sentido, podemos mencionar o testemunho do capitão Francisco de Paula Ribeiro, em seu roteiro de viagem denominado *Às Fronteiras da capitania do Maranhão e da de Goyaz no anno de 1815 o serviço de S.M. Fedelissima*, no qual descreveu suas experiências e tratou de populações e lugares por onde passou, com extrato de informações remetido ao Imperador D. Pedro II. Em uma passagem do relato de viagem, o capitão trata da população livre que vivia nas ribeiras do rio Itapecuru, informando que os pobres livres que ali viviam supostamente não possuíam indústria ou lavoura. Ainda acerca das representações dos pobres livres, podem ser mencionadas as referências produzidas por intelectuais maranhenses em meados dos oitocentos, como o escritor e fazendeiro João António Garcia de Abranches. Segundo ele, a população livre era naturalmente predisposta à “perpétua ociosidade” e “libinosidade”. No entendimento do autor, as condições climáticas da região, como o excessivo calor, estimulavam seus desejos sexuais, os induzindo a paixões brutais, que acabavam os tornando desinteressados (as) pelo trabalho disciplinado e organizado. Em sua visão, não haviam diferenciações entre os livres pobres e animais, pois, seus instintos e desejos impuros eram semelhantes (ABRANCHES, 1822, p. 41-42).

Domingos José Gonçalves de Magalhães, que visitou a Província do Maranhão no contexto da revolta da Balaiada, como secretário do Coronel Luís Alves de Lima e Silva (Duque de Caxias), também deixou registradas referências altamente depreciativas das populações livres dos sertões do Maranhão. Em seu livro *Memória histórica e documentada da Revolução da Província do Maranhão 1839-1840*, ao discorrer sobre a Balaiada (1838-1841) afirma que muitos dos revoltosos eram pobres livres, descritos a partir dos seguintes termos:

[...] sem domicilio certo, pela mór parte de uma raça cruzada de índios, brancos e negros, a que se chamam *cafuzos*, os quais são muito amantes d’esta vida meio errante, pouco dados a outros misteres e muito à rapina e a caça, distinguindo-se apenas dos

selvagens pelo uso da nossa linguagem. São esses homens de índole cruel pelo hábito de pastorear e matar o gado, consumindo o resto da vida em ócio ou em rixas. (MAGALHÃES, 1858, p. 17).

Segundo as observações de Magalhães, os trabalhadores livres eram andarilhos, indivíduos que não possuíam “domicílio certo”, despojados de habitações, que se diferenciavam de “selvagens” somente pela utilização da língua portuguesa. Descritos como indivíduos que participavam cotidianamente de brigas e discussões, pouco apegados à religião e que passavam boa parte de suas vidas sem trabalhar formalmente e regularmente.

Um fato interessante acerca da população livre pobre do Maranhão oitocentista, é que a mesma consistiu em expressivo número dos revoltosos da Revolta da Balaiada, insatisfeitos com os fazendeiros e a política de governo vigente, reivindicavam melhores condições de vida e direitos. Matthias Röhrig Assunção, em sua obra *De caboclos a bem-te-vis: formação do campesinato numa sociedade escravista: Maranhão. 1800-1850* publicada no ano de 2015, assinala que a Balaiada foi de caráter popular, liderada por vaqueiros, quilombolas, indígenas, livres, pobres e escravizados (ASSUNÇÃO, 2015).

Manuel Antonio Xavier, em sua obra *Memória sobre o decadente estado da lavoura e comércio da Província do Maranhão e outros ramos públicos, que obstam a prosperidade e aumento do que é suscetível*, escrita no ano de 1822, sobre a composição da população dos sertões, salienta aspectos relevantes acerca do comportamento da população livre na região Sul do Maranhão, tida como “vadia”. Nas palavras de Xavier:

[...] tão prejudiciais à sociedade quanto os [...] gentios, que vivem de rapinas, que se assalariam a quem lhes paga para vingar paixões sanguinariamente, mantenedores de intrigas [...]. Os mesmos vadios, peste da sociedade, não permitem que possa criar-se uma cabeça de gado vacum, e havendo n'outros tempos muitas e avultadas fazendas de gados entre os rios Parnaíba e Itapecuru, hoje estão desertas a maior parte, e as poucas que restam são defecadas que vão a expirar, e os pobres donos obrigados a sofrer os roubos que lhes dá, porque ninguém quer ser vítima do rancor daqueles malvados, e pagar com a vida a indiscrição de os perseguir (XAVIER, 1956, p. 309-310).

Segundo o fazendeiro, quem ofertasse empregos para esses indivíduos e os pagassem, esses desempenhavam os mais impiedosos serviços e favores, como mortes e acertos de contas. Ainda, as ações da referida população eram tidas como criminosas, pois, essa praticava inúmeros roubos, acompanhados de todo tipo de violência. Considerados como verdadeiras “pestes”. Parte desse grupo não permitia a criação e a manutenção de gado nas fazendas, fazendo com que as existentes nas regiões entre os rios Itapecuru e Parnaíba ficassem vazias, pois, eram

constantemente furtadas. Os proprietários das fazendas não tomavam medidas severas para puni-los, pois, não se arriscariam serem “vítimas do rancor daqueles malvados” (XAVIER, 1956).

Conclui-se, a partir das distintas fontes analisadas neste primeiro momento, que os adjetivos empregados para se referir à população livre e pobre durante o século XIX eram bastante depreciativos. Frequentemente posicionado como um grupo que nada agregava na economia e na sociedade oitocentista, colocados como causadores de conflitos e transtornos. Descritos, em geral, como indivíduos que não possuíam noções de moralidade, trabalho, família, propriedade e religião.

CAPÍTULO 2

A Imprensa Escrita Como Fonte Histórica

2.1 A Utilização de Jornais Como Fonte Histórica

Começamos esse capítulo nos indagando o que é fonte histórica? Segundo o historiador José D'Assunção Barros, fonte histórica é tudo e qualquer coisa originada pela ação humana no decorrer do tempo, propositalmente ou não, de forma material ou imaterial. É qualquer “vestígio” que nos fornece informações de uma determinada época, cultura ou acontecimento. Além disso, é tudo que nos possibilita conhecer aspectos do passado e que nos ajuda a obter uma maior compreensão do presente (BARROS, 2012).

José D'Assunção Barros assevera que, por fonte histórica, pode-se entender: documentos textuais, relatos orais, representações pictóricas e vestígios arqueológicos. De maneira resumida, alguns exemplos são: jornais, cartas, crônicas, pinturas rupestres, entrevistas, roupas, cartas legislativas, monumentos, objetos, fotografias, diários, artefatos, rituais religiosos, utensílios cotidianos, obras de literatura, charges, dentre outros milhares de itens. De modo geral, elas são “as marcas da história” (BARROS, 2019, p. 01).

Após discorrer em linhas gerais sobre a problemática do trabalho livre no Brasil oitocentista, centraremos na análise de uma tipologia de fonte específica para variar a escala na pesquisa (REVEL, 1998), enfocando na Província do Maranhão. Nossa fonte histórica basilar será um jornal do século XIX, publicado em São Luís. Por isso, optamos por sinalizar inicialmente neste capítulo a definição acerca do que é e o que pode ser considerado fonte histórica, pois, no decurso dos séculos, sua definição mudou, ganhando novas perspectivas.

Até as duas primeiras décadas do século XX, somente documentos de instituições oficiais, registros arquivísticos, eventos e figuras políticas e históricas “importantes” eram consideradas nas fontes, passíveis de análises e discussões no campo historiográfico. Com a chamada Escola dos Annales (*Revista Annales d' Histoire Économique et Sociale*), fundada por Marc Bloch e Lucien Febvre, na França, no ano de 1929, ocorreu uma ampliação de objetos e fontes a serem utilizadas nos estudos historiográficos. A partir de sua terceira geração, a imprensa escrita passou a ser reconhecida como fonte e começou a ser incorporada em pesquisas, estudos acadêmicos e jornalísticos (CALONGA, 2012).

Nesse momento, houve um entrelaçamento e diálogo com outras disciplinas, sendo possível o desenvolvimento de pesquisas acerca de doenças, inconsciente, mentalidades, clima e

cotidiano, antes inimagináveis (PINSKY, *et al.*, 2008). De modo geral, uma das propostas mais importantes desse movimento, desde sua primeira geração, foi a substituição da história tradicional, factual, que se preocupava somente com fatos e datas, por uma história-problema, que expusesse, analisasse e interpretasse problemas, elaborando hipóteses para resolver aquilo que ela mesmo se propôs (BURKE, 1991).

Para os Annales, o cultural, social, econômico e o político possuíam igual importância. Sendo possível que objetos, lugares, pessoas e vivências comuns se tornassem objetos de estudos históricos. Dessa forma, a *Escola dos Annales* através de suas renovações de abordagens, enfoques e métodos, a exemplo da “multidiversificação das fontes históricas”, foi um divisor de águas para produções historiográficas do século XX, influenciando no Brasil e no mundo, fato esse que permanece até os dias atuais (BARROS, 2019, p. 06).

Sobre o caso específico dos jornais, Marinalva Barbosa, em sua obra intitulada *História da Comunicação no Brasil*, assevera que, “estudamos história da comunicação a partir de mundos absolutamente estrangeiros. Os processos da Europa Ocidental são transpostos para o território brasileiro, como se fosse possível fazer uma história que fosse válida para todos os espaços sociais” (BARBOSA, 2013, p. 08). Dessa maneira, apesar das grandes contribuições das teorias estrangeiras na historiografia nacional, torna-se necessário nos atentarmos às particularidades de nosso país. Pois, ao compreendermos e fazermos história a partir de jornais, sob a visão e parâmetros europeus, estaríamos fadados a cometer equívocos, considerando que, as realidades não necessariamente se refletem. Cada país possui seu idioma, cultura, crenças, princípios, dentre outras especificidades. Portanto, apesar de utilizarmos teorias e metodologias estrangeiras, cabe nos adequarmos às nossas realidades, para não fazermos uma história fragmentada e equivocada.

Segundo Leite (2015) e Alves e Guarnieri (2007) por volta dos anos de 1970 a imprensa escrita passou a ser reconhecida, enquanto objeto de estudo e fonte de pesquisas históricas, pelos historiadores e estudiosos. Mas, esse fato não fez com que a mesma obtivesse utilidade imediata, sua adesão aos estudos e pesquisas históricas ocorreram gradativamente.

A historiadora e professora Tania Regina de Luca assinala que, “na década de 1970, ainda era relativamente pequeno o número de trabalhos que se valia de jornais e revistas como fonte para o conhecimento da história no Brasil”. Isso ocorria por diferentes fatores, podemos mencionar dois deles. O primeiro e mais importante, era a convicção que a veracidade de determinados acontecimentos e fatos só eram encontráveis em documentos oficiais; e o segundo, é que se acreditava que os jornais não eram objetivos, muito menos neutros, marcados por discursos, ideologias e interesses de quem os escreviam e os mantinham (DE LUCA, 2005, p. 111).

Conseqüentemente, esses fatos poderiam acarretar interpretações equivocadas e variadas do material analisado, por isso o receio e demora em adotá-lo enquanto fonte. Todavia, no decorrer dos anos, com o desenvolvimento de teorias e abordagens, os jornais incorporam-se no campo das pesquisas acadêmicas, com temas variados, ganhando novos adeptos e novas metodologias. Compreendeu-se que, mediante análises em jornais, é possível encontrarmos informações distintas, que possivelmente não encontraríamos em outras fontes, como acontecimentos, modos de pensar e agir, valores e memórias de uma determinada época ou lugar, carregadas de subjetividades bastante reveladoras dos modos de pensar e agir de uma época. São imensas as possibilidades de investigações e problematizações que os jornais nos possibilitam. Como Leite afirma:

Por meio dos jornais, é possível identificar e compreender processos no interior das sociedades que dificilmente são encontrados de forma tão detalhada em outros tipos de fontes. Debates e posições políticas, ideológicas, econômicas, lutas sociais, costumes, práticas e grupos sociais, eventos culturais, podem ser localizados nos diversos espaços que compõem os periódicos (LEITE, 2015. p. 09).

Destarte, compreendemos que a imprensa escrita dispunha e ainda dispõe de forte poder de interferência em diversos aspectos da vida social e cotidiana de seus leitores e colaboradores, a historiadora Tania Regina de Luca aponta que:

[..] os jornais não são, no mais das vezes, obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita. (DE LUCA, 2005, p. 140).

Dessa maneira, os grupos editoriais e proprietários através de seus números, por meio da “palavra escrita” possuem o poder de legitimar ou não, movimentos, causas e crenças, por exemplo. Por mais óbvio que seja de se afirmar, torna-se necessário olhar para os jornais como um campo rico de possibilidades de discussões e estudos, não somente como meros registros do passado, distantes de nossa realidade no presente. Estes despertam e modelam consciências, instruindo caminhos e comportamentos a serem seguidos pelo seu público leitor (CAPELATO, 1988). Desse modo, pode-se afirmar que a imprensa escrita é portadora de discursos transformadores e mantenedores de visões de mundo. Esses discursos, na maioria das vezes, estão/estavam nas páginas dos jornais de maneira velada, mas sempre presentes.

Acerca disso, Maria Helena Rolim Capelato, em sua obra *Imprensa e História do Brasil* afirma que, “nos vários tipos de periódicos e até mesmo em cada um deles encontramos projetos políticos e visões representativas de vários setores da sociedade” (CAPELATO, 1988, p. 34). Portanto, ao escolhermos e estudarmos jornais enquanto objeto e fonte de estudo, entendemos que eles são, sobretudo, aparelhos de intervenção, transformadores de consciências e ações.

2.2 Surgimento da Imprensa Escrita no Brasil e no Maranhão

A arte tipográfica foi introduzida tardiamente e começou a ser utilizada no Brasil no ano de 1808, por iniciativa do Rei D. João VI, quando a Corte Portuguesa, fugindo das tropas de Napoleão Bonaparte, instalou-se no Rio de Janeiro - RJ, cidade que se tornou sede do Império Português. Após a criação da Imprensa Régia em 13 de maio de 1808, pelo “ato real de maio”, em 10 de setembro do mesmo ano começou a circular o primeiro jornal oficial impresso no Brasil, *Gazeta do Rio de Janeiro* (PEREIRA, 2006, p. 84). Segundo Araújo e Matos, as edições do jornal mencionado, apesar de não publicarem exclusivamente despachos e atos oficiais, tinha como principal propósito “servir aos interesses da Coroa, publicizando atos do governo” (2021, p. 169). Josenildo Jesus Pereira em sua tese de doutorado intitulada *As representações da escravidão na imprensa jornalística do Maranhão na década de 1880*, defendida no ano de 2006, explica que:

A imprensa tardia se deveu às determinações históricas criadas pela colonização portuguesa. Como é sabido, entre os séculos XV e XVIII, a vida colonial brasileira se concentrou em torno de engenhos de açúcar, de fazendas de gado e de plantações de algodão organizadas com base na grande propriedade agrícola, na monocultura e no trabalho escravo (PEREIRA, 2006, p.83).

Não era preocupação da Coroa Portuguesa a instalação e a manutenção de tipografias em terras brasileiras. O que acabou acarretando privações de informações, liberdade de expressão e disseminação de notícias por quase três séculos para a população. A pequena parcela de sujeitos alfabetizados que aqui se encontrava se contentava com jornais manuscritos locais, de vida efêmera, ou aqueles vindos de Portugal (PEREIRA, 2006).

Torna-se essencial e válido deixarmos claro que, existe uma ampla discussão no campo historiográfico brasileiro, no qual afirmam que *O Correio Braziliense* foi o primeiro jornal do Brasil. Fato esse que faz com que seu editor e redator, Hipólito José da Costa, seja considerado Patrono da Imprensa Brasileira e o primeiro jornalista brasileiro. Lidia Lerbach de Souza em artigo denominado *A IMPRENSA RÉGIA: O TARDIO NASCIMENTO DA IMPRENSA NO*

BRASIL afirma que, “Não oficial, mas oficiosamente, o primeiro jornal do Brasil é o Correio Braziliense. Seu primeiro número foi publicado em junho de 1808, três meses antes do jornal oficial, a Gazeta do Rio de Janeiro” (SOUZA, 2020, p. 315).

Antes da chegada e instalação da Corte Portuguesa no Brasil em 1808, tipografias, bibliotecas e diversos livros eram interditados, salvo em casos de permissão, como os jesuítas, com seus folhetos para fins eclesiásticos. De resto, tudo poderia ser alvo de censura por parte da Coroa (MARIANE, 1993). Questões como essas mencionadas anteriormente, fizeram com que, Hipólito José da Costa, tentando driblar e fugir da censura, escrevesse um jornal na Inglaterra e o remetesse ao Brasil, essa prática perdurou por 14 anos, se findando quando o Brasil já se encontrava independente e livre da censura prévia (SOUZA, 2020).

No que diz respeito ao surgimento da arte tipográfica no Maranhão, em 31 de outubro de 1821 foi instalada em São Luís a primeira tipografia, tendo por endereço a Rua do Norte, 13 anos (treze anos) após a instalação da primeira no Rio de Janeiro. Os pesquisadores e professores Marcos Matos e Roni de Araújo em artigo denominado *Imprensa no Maranhão: trajetória bicentenária*, publicado em 2021, apontam que, a imprensa escrita surgiu na província logo após a primeira Constituição Portuguesa ter sido jurada, por iniciativa:

[...] do presidente Marechal Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca, a Tipografia Nacional Maranhense foi mantida sob recursos do Erário. Poucos dias depois, dava-se início à impressão do primeiro jornal em solo maranhense. Tratava-se d’*O Conciliador do Maranhão*, que já circulava, de forma manuscrita, desde 15 de abril daquele mesmo ano (MATOS; ARAÚJO, 2021, p. 170).

Desse modo, a Tipografia Nacional Maranhense era mantida por recursos do governo, sob os cuidados e ao serviço do presidente da província e de seus aliados. A mesma tem como marco de seu primeiro jornal impresso *O Conciliador do Maranhão*, que possuía em seu quadro de redatores, Antônio Marques da Costa Soares e José Antônio Ferreira da Cruz Tezinho, figuras simpatizantes ao Marechal da Silveira, favoráveis a continuidade do domínio de Portugal sobre o Maranhão.

O Conciliador circulou entre abril de 1821 e julho de 1823, duas vezes por semana, com temas referentes à administração pública, possuindo pouco mais de 2 anos (dois anos) de circulação. Ricardo Martins assevera que *O Conciliador do Maranhão* “teve a sua existência marcada pela acirrada perseguição aos desafetos políticos do Marechal Silveira, dando início ao jornalismo partidário no Maranhão” (MARTINS, 2010, p. 109). Destarte, a gênese da imprensa

periódica na província foi permeada por apreensivos conflitos políticos e ideológicos, naquele momento estava em jogo o poder e controle exercidos pela Coroa, através da imprensa. Com o advento da Independência do Brasil, os mesmos não necessariamente se findariam (PEREIRA, 2006).

Segundo o pesquisador Johny Santana de Araújo, em artigo intitulado “*A imprensa no Maranhão na segunda metade do século XIX: Estado imperial, jornais e a divulgação da guerra do Paraguai para um público leitor*” publicado no ano de 2014, a imprensa escrita da época era utilizada, sobretudo, para colocar e manter em evidência os interesses oficiais, fazendo com que fossem proibidos e descartados jornais contrários aos ditames do poder. Entretanto, ocorreram notáveis mudanças em torno da imprensa, aquela dos anos de 1821-1824, para a dos anos de 1850-1860. Passados quase 39 anos, o pesquisador supracitado reitera que, “a imprensa maranhense se caracterizava por ser diversificada, possuindo jornais que tratavam desde questões literárias até as políticas. Um quadro bem diferente da fase anterior, caracterizada pela vulgarização da linguagem e da extrema agressividade” (ARAÚJO, 2014, p. 361).

Dessa maneira, apesar da hostilidade e censura presente na fase inicial do surgimento dos primeiros jornais, essa prática gradualmente se findou, abrindo espaço para debates coletivos e para a criação de novos periódicos, de caráter religioso, estudantil, literário, jornalístico, industrial e político-partidário. A jornalista e professora Roseane Arcanjo Pinheiro em artigo intitulado, *Gênese da imprensa no Maranhão nos séculos XIX e XX* publicado no ano de 2007, afirma que a inserção da imprensa escrita ocorreu tardiamente no interior maranhense e a maioria dos jornais catalogados por órgãos públicos e pesquisadores até os dias atuais, eram de São Luís, cidade que abrigava as principais atividades econômicas, sociais e culturais da província durante o século XIX, até meados do século XX.

Passando-se então 55 anos após a primeira edição do *O Conciliador do Maranhão*, em 1821, para a primeira edição de um jornal fora do eixo de São Luís, o *Alavanca*, de Viana, publicado pela primeira vez em 1876. A mesma autora menciona em ordem cronológica as primeiras regiões do Maranhão que começaram a utilizar a imprensa escrita, tendo começado pela Norte, Leste, Centro, Sul e por último a Oeste (PINHEIRO, 2007).

2.3 São Luís no Contexto do Século XIX

Ainda que brevemente nos centraremos em mencionar aspectos gerais de São Luís no contexto do século XIX. Tendo em vista que, o jornal analisado em nossa pesquisa, *O ARTISTA: JORNAL DEDICADO À INDÚSTRIA E PRINCIPALMENTE ÀS ARTES*, era especialmente

direcionado para a classe dos artistas maranhenses, ou seja, trabalhadores que desempenhavam ofícios artesanais e mecânicos, oriundos da população livre e pobre que residia no ambiente urbano e litorâneo, ou seja, em São Luís,

No que diz respeito acerca de sua totalidade populacional, particularmente em 1868, ano que o jornal estava em livre circulação, São Luís possuía cerca de 30.000 habitantes (trinta mil) (GARCEZ, 2009). Thais Zenkner pondera que, “no recenseamento de 1868, tinha por volta de 27.000 habitantes” (vinte e sete mil) (ZENKNER, 2012, p.02). Alguns empreendimentos públicos e privados foram construídos na capital no decorrer do século, como o Teatro Artur Azevedo (1817), Tipografia Nacional Maranhense (1821), Biblioteca Pública (1836), Liceu Maranhense (1838), Escola dos Educandos Artífices (1841), Gabinete Português de Leitura (1852), Companhia de Iluminação a Gás do Maranhão (1862), Companhia de Ferro Carril (1871) e a Companhia das Águas do Rio Anil (1874) (FARIA, 2012).

Dessa maneira, foi a partir do século XIX que São Luís ganhou novas formas e cores, com a pavimentação e iluminação das ruas, construção de sobrados, mirantes, casarões e monumentos, cobertos de pedras e azulejos, tornando-se a “quarta cidade mais importante do Brasil, posição que se manteria até o último quartel do século XIX” (ZENKNER, 2012, p.01).

Segundo Marcos Lima, em artigo cujo título é *A CIDADE NO TEMPO: Uma Breve História dos Logradouros de São Luís*, no último quartel do século XIX São Luís possuía “74 ruas, 16 praças, 21 travessas e 32 becos. Estava dividida em três freguesias (povoações, sob olhar eclesiástico): N. Sr.^a da Vitória, N. Sr.^a da Conceição e São João” (LIMA, 2011, p. 05). À época, um dos costumes das famílias abastadas do Maranhão oitocentista, sobretudo, daquelas que residiam em São Luís, era de mandarem seus filhos estudarem em outros países, no chamado “Velho Mundo”, tendo quase sempre por destino Portugal, França ou Inglaterra para cursarem Direito ou Medicina (GOUVEIA NETO, 2008, p. 07).

Nesse ínterim, São Luís passou por diversas medidas sanitárias engendradas pelas autoridades oficiais, que em primeiro momento diziam ter como principal objetivo, higienizar a cidade, para evitar propagações de moléstias e epidemias. A respeito disso, o docente da Universidade Estadual do Maranhão-UEMA, Yuri Michael Pereira Costa, em artigo intitulado como *Sociedade e escravidão no Maranhão do século XIX*, assevera que “o núcleo urbano de São Luís foi alvo de práticas sanitárias até então inexistentes. Era o período das epidemias, mais evidentes nos surtos de varíolas de 1854, 1856 e 1871”. Mas, essas medidas em determinado momento “tornara-se sinônimo de aperfeiçoamento urbano” (COSTA, 2018, p. 249). Tais ações acabavam por visar o monitoramento e controle de circulação de pessoas nos ambientes urbanos,

cujas ruas eram atravessadas diariamente por escravizados e livres pobres, coagidos muitas vezes a mudarem de hábitos e moradias.

2.4 O Artista

O ARTISTA: JORNAL DEDICADO À INDÚSTRIA E PRINCIPALMENTE ÀS ARTES surgiu no âmbito da imprensa escrita maranhense em 1862, 54 anos após o primeiro jornal publicado no Brasil, *Gazeta do Rio de Janeiro* (1808) e 41 anos após o primeiro no Maranhão, *O Conciliador do Maranhão* (1821). Adroaldo José Silva Almeida, em sua dissertação de mestrado intitulada *O ANJO REIFICADO: Sentidos do carisma e do poder na igreja evangélica brasileira*¹ publicada no ano de 2005, assinala que, *O ARTISTA* foi idealizado e redigido inicialmente pelo Tenente-Coronel Fernando Luiz Ferreira. Entretanto, com o passar do tempo, seus três filhos, Luiz Vieira Ferreira, Joaquim Vieira Ferreira e Miguel Vieira Ferreira, tornaram-se editores e redatores, assim, o jornal passou a contar com quatro colaboradores (ALMEIDA, 2005).

Segundo o próprio jornal, todos eram engenheiros e militares (*O Artista*, 1 de março de 1868). Adroaldo José Silva Almeida afirma que, a família Vieira Ferreira fazia parte da aristocracia maranhense, “descendentes diretos de nobres fidalgos portugueses”. Este fato fazia com que, possuísem relevância e que fosse bem-aceita na província, entre os anos de 1862-1863 as edições do jornal foram elaboradas pelo Tenente-Coronel Luiz Fernando Ferreira, já nos anos de 1868-1869 eram por Miguel Vieira Ferreira e seu irmão Luiz Vieira Ferreira (ALMEIDA, 2005, p.11).

A manutenção do jornal não provinha de grupos políticos ou governo, mas através da colaboração de seus leitores e proprietários. As publicações do *O ARTISTA* eram direcionadas a classes dos artífices da província do Maranhão, especialmente para aqueles sujeitos que residiam em São Luís. Sendo estes os sapateiros, artesões, ouvires, marceneiros, carpinteiros, canoieiros, alfaiates, modistas, para os sujeitos livres que trabalhavam na indústria, lavoura e no comércio, como seu próprio título sugere (CASTRO, 2011).

¹De acordo com Almeida (2005), Miguel Vieira Ferreira (1837 – 1895) fundou a Igreja Evangélica Brasileira - IEB no ano de 1879, tornando-se um líder evangélico popular e carismático. O mesmo era chamado comumente de “Doutor Miguel” pelos féis de sua igreja, acredita-se que a denominação de “Doutor” ocorria pelo fato do mesmo ter concluído todos os graus de escolarização de sua época.

Em seus números haviam assuntos e temas diversificados, como descobertas e inovações tecnológicas, notícias industriais, projetos educacionais, preocupações com a saúde laboral, higiene agrícola, anedotas, leis, anúncios, vagas de empregos, dicas de conservação de madeiras, ferros e óleos, entre outros tópicos. Nas duas fases em que *O ARTISTA* circulou a forma de governo que vigorava no Brasil era a Monarquia. Acerca disso, os redatores do jornal não acreditavam que por meio da Monarquia poderia ocorrer um possível progresso e desenvolvimento do país ou mesmo da província. Adroaldo José Silva Almeida assinala que para os redatores “(A Monarquia) não seria a mais apropriada para o desenvolvimento da nação” (ALMEIDA, 2005, p.30).

Mesmo sendo um jornal publicado em São Luís, o mesmo não se atinava somente às informações, acontecimentos e ao cotidiano ludovicense², pois em suas folhas eram dispostas informações que diziam respeito à distintas províncias e países. Durante a pesquisa foi comum encontrarmos nas edições menções ao Rio de Janeiro, Pernambuco, Paraná, Ceará, São Paulo, ou mesmo aos Estados Unidos, França, Espanha e Inglaterra, com notícias relacionadas a novos inventos, educação, política e biografias, por exemplo.

Em várias edições foram transcritas notícias de jornais nacionais e estrangeiros, na edição de n.º 17, de 20 de setembro de 1862, há uma transcrição do jornal intitulada *Os Cem Tratados Sobre Os Conhecimentos Mais Indispensáveis*, da cidade de Paris. Acerca dos cuidados e devidos manuseios com o curtume, com informações relacionadas a validade ideal dos couros e que para que servissem cada um, por exemplo, os de bois e búfalos servissem para couros fortes, solas de sapato e botas. Já na edição de nº11, de 09 de agosto de 1862, encontra-se uma transcrição do *Diário de Parahyba*, acerca da indústria agrícola e seus devidos cuidados. Segundo essa transcrição, a indústria agrícola era responsável pelo abastecimento dos cofres da Província de Pernambuco. Na edição de n.º 29, de 14 de dezembro de 1862, encontra-se uma transcrição do jornal *Cearense*, cujo assunto era proibição por parte da igreja católica “contra todos os vícios e objetos de vaidade e distrações”, apoiado pelo Rev. Padre Mestre Missionário Apostólico José Antônio Pereira.

²Segundo Carneiro (2011, p. 16, *apud* MEIRELES, 1996, p. 45) “O adjetivo ludovicense utilizado para os naturais de São Luís se deve ao fato de que a cidade recebeu este nome para homenagear o então rei infante da França, Louis XIII, assim batizado em homenagem ao rei francês Louis IX, que foi canonizado como São Luís. O nome LUÍS vem do germânico HLUOTWIG, que se transformaria em LUDWIG, passando ao latim como LUDOVICUS, daí o adjetivo LUDOVICENSE”.

Cesar Augusto Castro, docente da Universidade Federal do Maranhão-UFMA, em artigo cujo título é *UM JORNAL DEDICADO À INDÚSTRIA E ÀS ARTES NO MARANHÃO*, assevera que, “ (O Artista) destinava-se a debater o progresso das artes e a marcha regular da indústria, compreendendo o comércio e a lavoura, com especial interesse para aqueles leitores que não tinham grandes capitais e influências políticas e eleitorais”. Ou seja, o mesmo focalizava-se naqueles que estavam à mercê das boas vontades e estímulos do governo, daqueles que não necessariamente detinham poderes políticos e posses, que conseqüentemente, não possuíam poder de voz e decisão, em outras palavras, a população pobre e livre. (CASTRO, 2011, p. 61),

Joaquim Maria Serra Sobrinho, em sua obra *Sessenta annos de jornalismo: A imprensa no Maranhão 1820-1880*, afirma que *O ARTISTA*, “era publicação assaz interessante e de muita utilidade. Sustentou porfiada lucta em favor das classes operárias, e instituiu largo e luminoso debate sobre variados assumptos de interesse provincial” (SERRA SOBRINHO, 1883, p. 53). Nas inúmeras edições analisadas nos foi possibilitado observar que, encontrava-se algum tipo de profissão, onde havia estímulos para os artífices se aperfeiçoarem em suas artes e profissões. Com informações relacionadas às novas técnicas e materiais, às vezes elogiando os artífices, mencionando que, assim, como havia na Corte e em outras províncias, no Maranhão havia talentos em diversas áreas.

Mas, por outro lado, afirmava que estes não recebiam a devida atenção e reconhecimento de seus dons e talentos, por parte da população e das autoridades oficiais. Desse modo, podemos afirmar que a função social desempenhada pelo *O ARTISTA*, consistia em elevar a importância de artífices, chamando atenção da audiência que se interessava por ideias de modernização do mundo do trabalho no Maranhão escravocrata, com vista ao aperfeiçoamento de técnicas e ramos profissionais grandemente exercidos por pessoas pobres livres.

O ARTISTA possuía em suas entrelinhas um projeto de “regeneração da sociedade”, que só seria possível através da educação, religião, patriotismo, trabalho e moralidade (ALMEIDA, 2005, p.28). Para entendermos algumas questões, torna-se importante mencionarmos a figura de Miguel Vieira Ferreira, editor e redator assíduo do *O ARTISTA*. Em comparação aos demais redatores, o referido foi o mais ferrenho no combate à “ociosidade”. Criador de inúmeras propostas para disciplinar e moralizar a população livre da província, no decorrer de sua vida se demonstrou uma pessoa liberal, evangélica e republicana. Nesse sentido, na edição de nº 1, de 1 março de 1868, encontra-se o seguinte trecho:

O responsável legal por todos os artigos da redação é o Dr. Miguel Vieira Ferreira, assim como também responde por todos os anonymos que saírem na folha,

pois que n'essas condições serão unicamente aceitas as correspondências cujas ideias forem compartilhadas pela mesma redação (O ARTISTA, 1 de março de 1868).

O historiador Adroaldo José Silva Almeida, estudioso e pesquisador acerca da trajetória e vida de Miguel Vieira Ferreira, afirma que o mesmo nasceu em 10 de dezembro de 1837, em São Luís. Sua educação por certo tempo ficou por conta de seu pai, o Tenente-Coronel Luiz Fernando Ferreira, fundador do jornal, mas com determinada idade, Miguel V. Ferreira começou a estudar no Liceu Maranhense. Após o término da etapa elementar de seus estudos, matriculou-se na Escola Central do Rio de Janeiro (Escola Militar do Império). Em 1859 obteve o título de Bacharel em Ciências Matemáticas e Físicas e em 1863 adquiriu o título de Doutor na mesma área em que se bacharelou e pela mesma Instituição. Um fato oportuno de se mencionar, é que em 1879 Miguel Vieira Ferreira fundou a Igreja Evangélica Brasileira-IEB (ALMEIDA, 2004).

Regina Helena Martins de Faria, afirma que seus escritos e convicções transcendem os “conhecimentos específicos da formação técnica” (FARIA, 2012, p.174). Seus argumentos ancoravam-se em teóricos da Economia Política, Bíblia e Alcorão, por exemplo. Segundo a historiadora, Miguel Vieira Ferreira:

Coloca-se como uma pessoa que vê além de seu tempo e, por isso, deve auxiliar os contemporâneos a enxergar os melhores caminhos. [...] Mas seu interesse primordial era o combate à vadiagem. [...] compeli-los (população livre) e discipliná-los ao trabalho é sua cruzada (FARIA, 2012, p.174-179).

Dessa maneira, apesar de não ser intenção dessa pesquisa adentrar no mérito da vida particular dos proprietários e redatores do jornal, mencionando fatos ou curiosidades dos mesmos cronologicamente, é importante entendermos e identificarmos suas motivações e ideologias, pois, certamente elas estavam/estão presentes nas folhas do jornal. Durante o processo de realização da pesquisa não foi possível termos o jornal físico em mãos, mas por meio de recursos tecnológicos obtivemos êxito em nossa análise pela via digital. Através do acervo *on-line* da Hemeroteca Digital Brasileira-BNDigital conseguimos visualizar as edições do *O ARTISTA*, devidamente organizadas e catalogadas, embora em alguns números não tenha sido possível visualizarmos todas as páginas por conta de estarem manchadas.

Após leitura e fichamento constatou-se que o jornal ficou quase cinco anos sem circular, seu primeiro número saiu em 21 de maio de 1862, quarta-feira e o último em 25 de julho de 1869, domingo. Suas atividades pararam em agosto de 1863 e retornaram somente em março de 1868. Entre começos e recomeços, *O ARTISTA* publicou 115 edições. Quando estava em pleno

funcionamento de suas atividades tipográficas, possuía periodicidade regular, saindo 4 vezes ao mês, aos sábados à tarde ou aos domingos de manhã, com formato de 4 folhas, com 32 centímetros de altura e 15 centímetros de largura.

Não conseguimos encontrar o número exato de exemplares distribuídos em sua primeira fase, mas sabe-se que em sua segunda fase eram produzidos regularmente 1.600 exemplares (mil e seiscentos), possuindo 138 assinantes (cento e trinta e oito). Nos anos de 1862-1863 a estruturação do conteúdo do jornal era dividida em três colunas verticais, já nos anos de 1868-1869 sua estruturação consistia em duas colunas verticais, algumas edições apresentavam quatro divisões, não possuindo ilustrações, somente a xilogravura de seu brasão (O ARTISTA, 2 de agosto 1868).

Tabela 01 - Quantidade de edições e anos de circulação do Jornal *O Artista* (1862-1869)

Ano	Nº de Edições
1862	27
1863	23
1868	38
1869	27

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira, O Artista - Jornal Dedicado a Indústria e Principalmente às Artes (1862-1869).

Durante os anos de 1862-1863 suas edições foram impressas na Tipografia de Frias R. na Rua da Palma, n.º 7, e nos anos de 1868-1869 foram impressas na Tipografia de José Mathias, na Rua Grande, n.º 21, as duas tinham por endereço São Luís. O valor de sua assinatura ao longo dos anos foi se elevando, em sua primeira fase seu valor era de 1\$000 reis (mil reis), em sua segunda fase passou para 2\$000 reis (dois mil reis).

Até a edição de n.º 8, de 13 de julho do ano de 1862, o jornal *O ARTISTA* contava com o seguinte subtítulo *JORNAL PRINCIPALMENTE DEDICADO ÀS ARTES MECÂNICAS*, a partir da edição de n.º 9 do mesmo ano, modificou-se para *JORNAL DEDICADO À INDÚSTRIA E PRINCIPALMENTE ÀS ARTES*. Acredita-se que a mudança de subtítulo tenha ocorrido para deixar em evidência que o jornal era voltado aos artífices, o mesmo tinha como *slogan* a seguinte frase “*Só chegamos a ser livres à proporção que nos fazemos industriais e morais*”, (C. B. DUNOYER).

Esse *slogan* era a tradução literal para língua portuguesa da epígrafe do livro *La Morale et L'industrie Considerées Dans Leurs Rapports Avec Liberté* de autoria de Charles Barthélemy Dunoyer, publicado em 1825. O referido *slogan* permaneceu até a edição de n.º 8 do ano de 1862.

Dessa maneira, torna-se importante mencionarmos a figura de Charles Barthélemy Dunoyer (1786-1862), importante precursor do liberalismo e industrialismo francês do século XIX. Certamente os proprietários e redatores identificavam-se com as ideias do referido autor (CASSIMIRO, 2016), (RUDE, 1967).

Charles Barthélemy Dunoyer, juntamente com Charles Comte, redigiu um jornal intitulado como *Le Censeur* ou *Examen des Actes Et Des Ouvrages*, fundado em 1814, na França, especificamente na cidade de Paris. Sua redação estava localizada na Rue des Grands – Augustins, n. ° 23. Seus ideais eram liberais e industriais, tratando do conhecimento e do aperfeiçoamento dos mais diversificados ramos do trabalho livre. Em decorrência de problemas ideológicos seus escritos nunca chegaram a ser regulares, uma curiosidade sobre o *Le Censeur* é que ele era distribuído em forma de livro, chegando a ter 320 páginas e ao que se sabe, o mesmo possuía inúmeros volumes (LIGGIO, 1977).

Philippe Steiner, em artigo intitulado *A tradição francesa de crítica sociológica à Economia Política*, publicado no ano de 2009, ao mencionar Charles Barthélemy Dunoyer menciona que, “ele visava o trabalho que a sociedade deveria fazer sobre ela mesma por meio da educação entendida como produtora do capital moral necessário ao desenvolvimento da sociedade industrial” (STEINER, 2009, p. 44). Dessa maneira, somente por meio da educação atrelada ao industrialismo as sociedades alcançariam sua independência financeira, social e moral. Para Charles Dunoyer, o industrialismo poderia ser um sistema libertário, no qual as classes sociais mais baixas, ou seja, ligadas ao trabalho na indústria, deveriam deter o papel mais importante no desenvolvimento das sociedades, até mais que os sistemas e governos. Seria através delas que o mundo chegaria a obter pleno desenvolvimento.

A partir de tais premissas, podemos perceber as semelhanças do programa do jornal *O ARTISTA*, com as ideias de Charles Barthélemy Dunoyer, ambos visavam o progresso da sociedade através da educação e industrialismo. Pois, sob seu viés editorial, somente trilhando esses dois caminhos a sociedade alcançaria total liberdade, desenvolvimento e prosperidade.

Como havíamos mencionado anteriormente, Charles Barthélemy Dunoyer era também uma figura importante na história do liberalismo francês do século XIX. Os redatores do *O ARTISTA* ao estamparem a epígrafe de um dos livros de Dunoyer nos revelam que, as concepções e propostas do jornal em determinado momento estiveram embasadas na doutrina liberal.

Acerca desse assunto, torna-se importante mencionarmos a historiadora Emília Viotti da Costa, que em seu livro *Da monarquia à república: momentos decisivos*, no qual assinala que “Os liberais brasileiros importaram princípios e fórmulas políticas, mas as ajustaram às suas próprias necessidades”. Considerando que, na Europa, o liberalismo foi inicialmente defendido

pelas classes burguesas, objetivando destruir os privilégios concedidos ao clero, monarcas e a nobreza, além de defenderem formas representativas de governos e a soberania do povo, no Brasil, as ideias liberais foram inicialmente defendidas pelas elites coloniais contra Portugal, tendo como intuito destruir o sistema colonial. Ou seja, aniquilar as regalias e interferências da Coroa Portuguesa perante as leis, comércio e instituições brasileiras. Mas, isso teria ocorrido somente porque a Coroa Portuguesa havia deixado de lutar e representar os interesses dos “portugueses do Brasil”, para representar o dos “portugueses de Portugal” (COSTA, 1999, p.132).

Emília Viotti da Costa destaca ainda que, os principais simpatizantes brasileiros da doutrina liberal eram donos de grandes extensões de terras e escravos, conservadores e antidemocráticos. O historiador Adroaldo José Silva Almeida assinala que a família Vieira Ferreira, “era proprietária de terras e escravos na Vila de Itapecuru, interior do Maranhão” (ALMEIDA, 2005, p. 14). Questões como essas nos revelam as peculiaridades do liberalismo brasileiro do século XIX (COSTA, 1999).

Neste momento analisaremos o emblema do *O ARTISTA* (Figuras 01 - 02).

Figura 01 - Capa e *Design* do jornal *O ARTISTA* no ano de 1862.



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira, *O Artista - Jornal Dedicado a Indústria e Principalmente às artes (1862-1869)*.

Figura 02 - Capa e *Design* do jornal *O ARTISTA* no ano de 1868.



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira, *O Artista - Jornal Dedicado a Indústria e Principalmente às artes (1862-1869)*.

Através das duas imagens acima podemos perceber que no ano de 1868 houve uma mudança no emblema do jornal *O Artista*, o novo emblema foi projetado pelo Tenente-Coronel Fernando Luiz Ferreira, fundador e redator do jornal. O mesmo expressava genuinamente o programa do jornal, as ideias encadeadas traziam consigo três elementos em destaque, *Independência, o Imperador D. Pedro II e a Constituição*, juntos esses alcançariam o ideal de desenvolvimento e progresso desejado para a província. O primeiro elemento *Independência*, trazia propósitos a serem realizados, como incentivo as artes, uso das máquinas, apoio ao comércio e navegação, utilização de novas técnicas e inovações tecnológicas para o arado e agricultura, para a realização de todos esses propósitos seria necessário apoio das autoridades oficiais - *querer* (O ARTISTA, 1868).

O segundo elemento trazia consigo D. Pedro II, como figura central de *poder* no Brasil. E o último elemento *Constituição*, como um mecanismo da ordem e organização, que carregava consigo princípios éticos necessários para o bom funcionamento da sociedade, como a tolerância com as diferentes religiões, o incentivo à moralidade, liberdade e ordem para os trabalhadores livres e escravizados, a disseminação e incentivo da imprensa escrita, para servir as classes menos privilegiados, não as classes abastadas. Todos os princípios mencionados seriam alcançados através da instrução e educação, *saber* (O ARTISTA, 1868).

CAPÍTULO 3

População Livre Pobre e População Escravizada nas Páginas do Jornal *O ARTISTA*

3.1 Análise Hemerográfica do Jornal *O ARTISTA*

Segundo o professor Erni Seibel, a metodologia de pesquisa hemerográfica consiste em investigações e análises em jornais, a respeito de temas distintos, como cotidiano, política e costumes, e, assim, são imensas as possibilidades de investigações. Ao analisarmos jornais, sejam eles antigos ou recentes, os mesmos nos possibilitam conhecer e analisar figuras, elementos e representações até então desconhecidas pela maioria das pessoas (SEIBEL, 2007).

O jornal analisado na pesquisa, *O ARTISTA* em suas 115 edições (cento e quinze) apresentou projetos e visões referentes às classes dos artistas maranhenses. É importante enfatizarmos que todos os que faziam parte dessa classe eram denominados de *Artistas* ou *Artífices* pelos redatores do jornal, inclusive, os livres e pobres, essa designação se referia por norma a todos os que exerciam suas profissões e seu ganha-pão manualmente.

Destarte, os trabalhos desempenhados por essa camada da sociedade maranhense abrangiam distintos setores, como no comércio, indústria e na lavoura, por exemplo. Na edição de n.º 30 de 20 de setembro de 1868 encontra-se o termo geral de arte/artista compreendido pelo jornal:

Arte - (Por sua etymologia significa-virtude, força). Tomado em toda sua extensão, esta palavra se oppõe a *sciencia pura* é o complexo de processos pelos quaes o homem consegue produzir qualquer obra, quer seja com o fim de assegurar sua conservação e seu bem-estar physico, quer para fazer nascer algum gozo intellectual ou moral; donde a grande divisão das artes em *uteis* ou *mecânicas* e em *liberaes* (O ARTISTA, 20 de setembro de 1868).

Dessa maneira, os artistas/artífices mencionados no jornal eram os sapateiros, padeiros, mecânicos, penteeiros, entalhadores, artesões, curtidores, pedreiros, ferreiros, ouvires, carpinteiros, marceneiros, canoeiros, torneadores, alfaiates, modistas, agricultores, lavradores, comerciantes dentre outros, de modo geral, era uma lista extensa e variada de profissões entendidas como artísticas pelo jornal.

3.2 Leituras Acerca da Ociosidade

O jornal *O ARTISTA* visionava o progresso moral, intelectual e o aperfeiçoamento de técnicas em ofícios profissionais grandemente exercidos por pessoas livres e pobres, todavia, ações e indivíduos representados como inclinados à ociosidade ou vadiagem, não eram benquistos. A sociedade oitocentista, tanto no âmbito nacional, como no regional, combatia com muita violência comportamentos considerados pelas elites como não ordeiros ou não disciplinados entre a população livre e pobre, dessa forma, concepções eram difundidas no momento em não se seguia as ordens e vontades impostas pelas elites, adjetivos pejorativos lhes eram atribuídos, como foi demonstrado no primeiro capítulo dessa pesquisa.

No presente tópico delinearemos algumas visões presentes nas páginas do jornal *O ARTISTA* acerca de representações da ociosidade e de pessoas ociosas, percebendo que, estas complementam a historiografia brasileira nos estudos e debates referentes à população livre e pobre do século XIX. Como mencionado anteriormente, todos os que faziam parte da classe dos artistas eram denominadas de *Artífices* ou *Artistas*, inclusive, pessoas libertas e pobres, assim, a partir desse momento passaremos a nos referir sobre as mesmas dessa forma.

Segundo *O ARTISTA* “Sempre ouvimos dizer que a ociosidade é mãe dos vícios; e por isso o Artista a combate promovendo o progresso das artes, aconselhando o aproveitamento de tempo, ensinando a calcular quanto vale um minuto”. Partindo dessa premissa, o jornal tinha como principal propósito, criar e organizar a classe trabalhadora maranhense, transformar todos os sujeitos em laboriosos e moralizados, não podendo existir tempo para o ócio em suas vidas (*O ARTISTA*, 14 de dezembro de 1862).

Um dos mecanismos utilizados ao combate à ociosidade estava baseado em certos processos de ensino-aprendizagem. Assim, os redatores do jornal instruíam os artífices através de suas edições com demonstrações de técnicas, teorias e exposições de novos inventos, quase sempre com indicações ou simplificações para fazer ou aprimorar algo, com praticidade e rapidez, por exemplo. Havia tópicos no *O ARTISTA* intitulados como, grude para encadernação de livros, processo para converter o ferro em aço, receita contra mosquitos, preparação do ouro em pó, progresso das máquinas, tintura para tingir madeira, sulfureto de carbono para fazer espelhos, conservação de flores, dentre centenas de outros. Como também, organizavam palestras e até mesmo propuseram a criação de um Banco Industrial, visando a concessão de empréstimos para os artistas, visando a modernização da província maranhense. Em sua segunda fase encontra-se o seguinte trecho:

Combatemos a ociosidade; o nosso pensamento é refutar o direito a preguiça. [...] Em todo este escripto nos referimos à classe de homens que entre nós vive como selvagens, a qual é muito extensa. Fora das capitais a ociosidade é immensa, e o povo desconhece que tem o dever de trabalhar para ser útil ao seu paiz, e que não devem haver homens a quem toque só o direito de desfrutar da natureza e o serviço alheio. [...] A classe dos que não tem officio nem beneficio é que desejamos ver sujeita à um regimen diciplinar conveniente que a transforme em productores, de meros consumidores que hoje são. (O ARTISTA, 15 de março de 1868).

Podemos afirmar que o propósito do jornal acerca dos livres e pobres “que não tem officio”, muito se assemelham com a tônica de autoridades oficiais e fazendeiros no combate à vadiagem e ociosidade em geral, inclusive entre pessoas escravizadas. No primeiro capítulo mencionamos falas proferidas por Joaquim Alvares dos Santos durante o Congresso Agrícola realizado em Recife, no ano de 1879, cujo intuito principal era organizar a população pobre e livre e disponibilizar aos grandes proprietários de terras sua mão-de-obra. Na então ocasião, o fazendeiro e participante do Congresso afirmava que, “um regimen policial severo, a que deverão estar sujeitos todos os indivíduos sem arte, sem officio, e que os induziria a correr “aos doces prazeres da colheita”. (EISENBERG, 1989, p. 172).

Tanto o jornal como o relato do fazendeiro, objetivavam incutir disciplina e diligência no trabalho, nas indústrias e nas lavouras, receitando práticas policialescas. Todos os que não possuíam trabalho deveriam ser postos em um “regime” intensivo e contínuo de trabalho, somente assim, não possuiriam tempo para o ócio ou vadiagem. Tendo em vista que, havia tendência entre os pobres de mudarem constantemente de serviços e moradias, caso as propostas apresentadas por ambos fossem colocadas em prática, isso supostamente não ocorreria.

Além disso, achamos oportuno mencionar esse trecho por um simples motivo, mesmo *O ARTISTA* tendo ficado quase cinco anos sem circular, seu ideário não mudou após sua volta. Como havíamos mencionado, durante a primeira fase do jornal, suas edições eram escritas e aprovadas pelo Tenente-Coronel Luiz Fernando Ferreira e em sua segunda fase era por Miguel Vieira Ferreira e seu irmão Luiz Vieira Ferreira, assim, nota-se que, a extinção da ociosidade em todas as classes, principalmente na artística, passou do pai para os filhos, sendo a “missão” dessa família na Terra.

Do ponto de vista do jornal, os artífices que não se empenhavam em seu próprio aprimoramento profissional e que eram irregulares em seus postos de trabalho, eram considerados ociosos. Destarte, os artífices ociosos eram descritos como verdadeiros parasitas da sociedade e moralmente criminosos perante a mesma, segundo *O ARTISTA*:

O ocioso, ao contrário; além de mendigar o pão, ou antes o suor de seus semelhantes, tem o corpo alquebrado, e disposto a todas as enfermidades, que trazem a inacção e ainda mais os vícios, sócios inseparáveis d' aquella. Despresível aos olhos de todos, é um mau exemplo aos bons, é um fardo, que pesa sobre a sociedade (O ARTISTA, 21 de maio de 1862).

Percebe-se que os artífices considerados ociosos eram retratados como sujeitos que costumeiramente viviam da caridade alheia, em quase completa inatividade, ao ponto que seus corpos eram mais suscetíveis a doenças. Nessa perspectiva, ao deixarem de exercer atividades e funções, o sedentarismo os acompanhava, seguido pelos vícios. Todavia, segundo o mesmo referencial, os artífices que não partilhavam do ócio durante e ao final de suas vidas não passariam por privações ou doenças, tendo em vista que, ao longo de suas vidas, trabalhariam e conseguiriam guardar digna quantia para sustentar a si e suas respectivas famílias.

Os artífices ociosos manchavam a reputação daqueles que eram moralizados, pois, a sociedade não distinguia os sujeitos laboriosos dos vadios, “pagando os justos pelos pecadores” (O ARTISTA, 31 de maio de 1862). Na visão do *O ARTISTA*, os artífices ociosos não possuíam inquietações relacionadas ao futuro, pois, estes não se preocupavam com possíveis enfermidades, falta de emprego ou até mesmo a velhice, se não lhes faltava o que comer no presente, consequentemente, estes não recebiam o futuro, como também, não conseguiam mensurar ou avaliar consequências de ações ociosas em suas próprias vidas.

Segundo os redatores, quando esses preferiam o ócio, perdiam a oportunidade de aperfeiçoar-se em suas respectivas profissões. Nas palavras do *O ARTISTA*:

Taes homens são por certo criminosos perante a sociedade moral, perante sua consciência. Oh! Que não avaliam eles os males, que podem originar-se se tão reprovável procedimento! Sabeis qual é um dos primeiros males que d'ahi resultam? Aquelle, que gastou uma semana no ócio, muitas vezes nos deboches e lupanares, quer num dia de trabalho ganhar o necessário para outra semana igual: quem quererá a obra de semelhante artífice, quando sabe que além do custo della tem de pegar os caprichos do operário? (O ARTISTA, 31 de maio de 1862).

Dessa maneira, os artífices ociosos eram descritos como pessoas criminosas e descompromissadas, que trabalhavam uma semana e folgavam duas ou três, quando conseguiam quantia razoavelmente boa em dinheiro deixavam de frequentar seus postos de trabalhos para perambular ou mesmo para gastar em prostíbulos, para satisfazer seus desejos carniais.

O jornalista maranhense João António Garcia de Abranches em sua obra *Espelho crítico da Província do Maranhão*, partilhava das mesmas opiniões, afirmando que, a população livre e pobre era naturalmente predisposta à “perpétua ociosidade” e “libidinosidade”. Mais uma

vez, podemos perceber que, as noções existentes na historiografia à época acerca dos comportamentos e modos de sobrevivência dos libertos e pobres muito se parecem. Acreditava-se e ressaltava-se que os libertos e livres pouco possuíam noções de moralidade, trabalho ou amor à família, valores quase inexistentes em suas vidas (ABRANCHES, 1822, p. 41-42).

A estigmatização acerca dessa camada da sociedade brasileira ultrapassava fronteiras regionais, como nos relevam os estudos da historiadora e pesquisadora Maria Luiza Ugarte Pinheiro, que estuda o fenômeno da imprensa e as visões do trabalho no cotidiano amazonense do século XIX e primeiras décadas do XX. Os discursos proferidos durante todo o século XIX por jornais, autoridades oficiais, letrados receitavam estreita vigilância. Ou seja, era esperado que as classes trabalhadoras fossem submissas e laboriosas para atender aos desejos impostos pelo sistema capitalista, que incluía obviamente a elite escravocrata, igualmente comprometida em tão “qualificado” projeto de regeneração da sociedade (PINHEIRO, 2009).

3. 3 Artistas Escravizados

Neste tópico analisaremos a partir dos debates estampados nas páginas do jornal *O Artista* as diferentes visões dos redatores e mestres de ofícios acerca da transmissão de ensino de ofícios e inclusão de escravizados em ofícios mecânicos na sociedade maranhense oitocentista. Antes disso, verificaremos através da historiografia brasileira a inserção de ofícios mecânicos na sociedade e a presença de artistas/artífices escravizados em distintos postos de trabalhos.

Sabe-se que a gênese dos ofícios mecânicos remonta ao período medieval, Lysie dos Reis de Oliveira assinala que, “De matriz portuguesa, o sistema de corporações de ofícios mecânicos transplantado para o Brasil revestiu-se de várias peculiaridades. Estabelecido na Europa em um período fértil da economia da Idade Média, tinha por base o trabalho livre” (OLIVEIRA, 2013, p. 71). No entanto, quando os ofícios mecânicos foram “transplantados ao Brasil”, estes passaram inicialmente a serem executados por escravizados e pessoas livres, tendo em vista como a economia brasileira da época estava organizada, com princípios e origens escravistas.

Itacir Marques da Luz, em seu livro *COMPASSOS LETRADOS: Artífices negros entre instrução e ofício no Recife (1840-1860)* e Lysie dos Reis de Oliveira em seu livro *A LIBERDADE QUE VEIO DO OFÍCIO: Práticas sociais e culturais dos artífices da Bahia do século XIX*, ambos publicados no ano de 2013, realizaram um minucioso estudo sobre a presença de artistas escravizados em ofícios mecânicos no século XIX nas províncias de Pernambuco e

Bahia. Ambos constataram que, prevaleceu durante muito tempo no imaginário da sociedade brasileira um sentimento de desprezo e preconceito com aqueles que realizavam trabalhos mecânicos ou que possuíam alguma especialização profissional manual, “vivendo numa estrutura escravista, o trabalho manual se configura como sinônimo de escravidão” (LUZ, 2013, p. 59). Segundo essa visão, na proporção em que os artífices realizavam ofícios braçais, exercidos por pessoas negras, pardas, mulatas, estas eram tidas imediatamente como inferiores, tendo como parâmetro o pico da pirâmide da sociedade brasileira, a camada senhorial branca escravocrata.

Torna-se importante deixarmos claro, seguindo reflexão dos autores mencionados, que esse imaginário não prevalecia em todas as províncias. Muitos artistas chegaram a possuir prestígio ao ponto que, ao dominarem alguma especialização mecânica, um leque de oportunidades lhes eram atribuídos, chegando estes a possuir bens e reputação.

Estudos contemporâneos, como o da pesquisadora e professora Maura Silveira Gonçalves de Britto, em artigo intitulado *Artes do ferro entre escravos e libertos: as práticas e a aprendizagem – Minas Gerais, século XIX*, publicado no ano de 2012, afirmam que, “para a América Portuguesa, a prática de ofícios não se restringiu ao trabalho livre. Também escravos e libertos se envolveram nessas atividades” (BRITTO, 2011, p. 04). Sendo corriqueiro a presença e a existência de artífices escravizados nas manufaturas, oficinas mecânicas, lojas, construção civil e naval e em outros distintos lugares. A mesma pesquisadora assevera que, os artistas escravizados adquiriam os conhecimentos e técnicas de ofícios através da oralidade e convivência com os mestres, ou direto de seus senhores, por meio de suas relações cotidianas (BRITTO, 2011).

Raimundo Lima dos Santos, professor da UEMA/SUL, em artigo intitulado *As percepções de Spix e Martius sobre a paisagem maranhense* publicado no ano de 2015, pondera que os viajantes alemães Johann Baptist Von Spix (1781-1826) e Carl Friedrich Philipp Von Martius (1794-1868) no final da segunda década do século XIX realizaram uma expedição pelo Brasil, visitando as províncias de Salvador, Rio de Janeiro, Belém, Amazonas, Minas Gerais, São Paulo e Maranhão. Nesta expedição registraram em seus escritos, ricas descrições da fauna e a flora brasileira, bem como aspectos sociais do Brasil oitocentista (SANTOS, 2015, p. 138). Cabe destacar os registros que esses dois viajantes fizeram no livro *Viagem Pelo Brasil* (1817-1820) - volume II, acerca dos ofícios mecânicos exercidos na província maranhense.

Tabela 02 – Ofícios mecânicos exercidos no Maranhão no século XIX

PROFISSÕES	LIVRES	ESCRAVOS
Alfaiates	61	96
Caldeireiros	4	1
Carpinteiros	178	326
Entalhadores	96	42
Carpinteiros Navais	80	38
Serralheiros	5	--
Ferreiros (em São Luís)	37	23
Tanoeiros (em São Luís)	2	1
Marceneiros	30	27
Ourives	49	11
Pedreiros e Canteiros	404	608
Pintores e Caiadores	10	5
Seleiros	4	1
Curtidores	4	--
Auxiliares Industriais	--	1.800
TOTAL	964	2979

Fonte: Adaptada de Viagem pelo Brasil (1817 – 1820), volume II, p. 400-401.

Segundo Spix e Martius, os números referentes aos ofícios mecânicos exercidos por livres e escravizados foram obtidos por meio de funcionários do Estado no período em questão. Dos 3943 artistas maranhenses, 964 eram pessoas livres e 2979 eram escravizadas. Nota-se que o número de artistas escravizados era bastante elevado, nos levando a acreditar que a estrutura dos ofícios mecânicos se fixou e instaurou-se no Maranhão somente devido a esse contingente de trabalhadores, que viviam sob o regime da escravidão.

Clóvis Moura em seu livro *SOCIOLOGIA DO NEGRO BRASILEIRO* publicado no ano de 1988, afirma que, “Durante todo o tempo em que o escravismo existiu, o escravo negro foi aquele trabalhador que estava presente em todos os ofícios, por mais diversificados que eles fossem. Sua força de trabalho era distribuída em todos os setores de atividades” (MOURA, 1988, p. 68). Desse modo, mesmo sendo posto frequentemente como inapto e ignorante, foi a figura do escravizado o elemento basilar do engenho, *plantations*, indústria e sem dúvidas dos ofícios mecânicos no Maranhão oitocentista.

A posição dos redatores do jornal *O ARTISTA* sobre o ensino de ofícios mecânicos por parte dos mestres para escravizados não era favorável. Em suas páginas, os redatores ressaltavam que, os artistas e mestres de ofícios que apreciavam e respeitavam suas respectivas profissões não poderiam ensinar ou informar aos escravizados sobre quaisquer técnicas. Na edição de n.º 10, de 21 de março de 1863, podemos compreender melhor a posição do jornal:

O artista que presa a sua profissão, não à deve ensinar a um escravo. Percorrendo-se a lista que demos no nosso n. 34, das artes praticadas nesta cidade, podemos separal-as em duas classes: 1^a as que não tem exercido por escravos, 2^a as que os tem admitido. São da 2^a classe as seguintes: pintura de edifícios, alfaiate, armador de gala e funeral, barbeiro, sangrador, et cetera, bahuleiro, cahelleireiro, calafate, caldeiro, canteiro, carpina, carpinteiro, calchoeiro, correeiro e selleiro, encadernador, fabricante de chocolate, factor de carroças, ferreiro, fabricante de cal, funileiro, oleiro, ourives, padeiro, penteeiro, pescador, refinador de assucar, sapateiro, serralheiro, tanoeiro, tintureiro, torneiro, vidraceiro. **O exercício das artes por escravos tem muitos inconvenientes: o 1^o é que ellas nunca se aperfeiçoarão; 2^o que os braços fazem falta à lavoura, 3^o que os homens livres achão menos emprego; 4^o que a classe dos artistas é menosprezada** (O ARTISTA, 21 de março de 1863, grifos meus).

Segundo o referencial analisado, no ano de 1863 na cidade de São Luís havia cerca de 35 ofícios sendo realizados por artistas escravizados, dentre eles estavam os de alfaiate, padeiro, carpinteiro, barbeiro, sangrador, ferreiro e sapateiro. Os redatores mencionaram quatro pontos de vistas para a não inclusão de escravizados nos ofícios mecânicos. O primeiro era que, um dos diversos infortúnios sociais de ensinar e empregar artífices escravizados vinha do fato deles alegadamente nunca se aperfeiçoavam, ou seja, os ofícios realizados por escravizados em quaisquer esferas eram apontados e vistos como de má qualidade ou grotescos. Segundo ponto, a força de trabalho escravizada fazia falta nas lavouras, posto que lhes era vedada ou dificultada a ascensão social em ofícios urbanos pela sua condição, restando-lhes naturalmente o trabalho braçal no campo. Terceiro, os artistas livres encontravam menos empregos, já que muitos ramos de trabalho estavam sendo ocupados por escravizados, causando prejuízos ao progresso do Maranhão. Quarto, a presença de escravizados em ofícios mecânicos rebaixava socialmente seus diversos ramos de trabalho, inferiorizando-os e desvalorizando-os perante a sociedade. Uma vez exercidos por pessoas escravizadas, não afeitas a uma boa qualificação e não estimuladas ao aperfeiçoamento dos ofícios mecânicos, as diversas artes perdiam valor (O ARTISTA, 21 de maio de 1863).

Dessa maneira, a oposição do jornal *O ARTISTA* era nítida e ferrenha, estes não aprovavam a incorporação de escravizados em ofícios mecânicos. Como havíamos mencionado em certo momento em nossa pesquisa, o jornal *O ARTISTA* visionava o progresso moral, intelectual e o aperfeiçoamento de técnicas em ofícios mecânicos exercidos por artistas livres. A figura do artista escravizado não cabia no pretendido projeto de regeneração proposto pelo jornal, que, importante sublinhar, reforçava a condição marginal de trabalhadores cativos.

No entanto, os redatores enfatizavam que, as colunas daquele jornal estavam sempre abertas para discussões e para possíveis reparações futuras. Durante nossa pesquisa encontramos dois artigos escritos e assinados por mestres de ofícios, através dos quais foi possível compreendermos as razões e as causas que levaram alguns mestres ensinarem ofícios a pessoas

escravizadas. O primeiro artigo foi assinado com o pseudônimo de *Amigo do progresso das artes*, vejamos:

Agora vamos investigar as causas por que os mestres aceitam escravos para ensinar, é desnecessário dizer que estes são sujeitos que se prestam a todo o serviço que o mestre lhe indica. Todo o mestre que aceita aprendiz é porque tem falta de officiaes, e sua officina não pode trabalhar senão com certo e determinado número de operários para poder de seus compromissos e os mencionados aprendizes são os que estão sempre promptos. Não acontece outro tanto com os livres: estes é verdade que são mais morigerados, seu serviço é superior ao escravo. Eu preferia estes aos outros: porem o que tem acontecido? Poucos são os que dão interesses aos mestres; este recebe-os por um contracto em que o pai se obriga para com o mestre, como fazem os senhores dos escravos, cujo contracto não é cumprido. O discípulo no terceiro anno, porque sabe alguma cousa, sob qualquer pretexto ausenta-se de casa do mestre e seu pai o appoia (O ARTISTA, 05 de abril de 1863).

Como podemos observar, do ponto de vista desse mestre a aceitação de escravizados em ofícios mecânicos não se dava necessariamente por seus conhecimentos e talentos, mas sim por sua disponibilidade e propensão a acatar ordens. Segundo tal ponto de vista, os escravizados eram mais disciplinados, executavam todos e quaisquer serviços ordenados por seus mestres, ao contrário dos livres, que a despeito de serem considerados “mais morigerados” e ter sua força de trabalho considerada superior, abandonavam seus postos de trabalho antes do findar o processo de aprendizagem. Estes eram menos frequentes nas oficinas, chegando a atrasar e prejudicar os contratos das mesmas, por esses motivos, alguns mestres optavam por ensinar e contratar escravizados, em acordo com seus senhores (O ARTISTA, 1863).

Na edição de n. ° 13 de 11 de abril de 1863 encontramos um segundo artigo escrito por um mestre de ofício que havia respondido à edição de n. ° 10, cujo pseudônimo era *Sarif*. Tal mestre explica detalhadamente que, tanto os artistas assíduos, como os mestres, desejavam trabalhar com artistas livres, mesmo tendo que executar grande parte das tarefas destes, já que estavam em processo de aprendizagem da arte. Porém, geralmente nas segundas-feiras e em outros dias da semana, os livres eram frequentemente “atacados” por fortes dores de barriga e outros infortúnios, restando aos mestres e administradores de lojas e oficinas, por exemplo, requisitarem a presença e os serviços de escravizados em seus respectivos estabelecimentos (O ARTISTA, 1863).

Sarif menciona ainda que, ao queixar-se para um amigo próximo acerca das irregularidades de seus funcionários, este sugeriu que ele empregasse um ou mais escravizados, mas em nenhum instante considerou acatar tal conselho. Apesar da relutância, um fato o fez

mudar de opinião, fazendo com que tivesse escravizados em seu quadro de funcionários permanentemente (O ARTISTA, 1863). Em certa ocasião, seu estabelecimento teve a incumbência de entregar uma encomenda a um de seus clientes em uma sexta-feira, dia em que acontecia uma procissão da quaresma, momento importante para os católicos. Porém, mesmo dispondo de 15 artistas livres em seu quadro de funcionários, naquele dia só 11 compareceram. Com o avançar das horas, às 4 da tarde só restava 1. O administrador da oficina, com a encomenda para entregar, buscou ajuda de um escravo da casa, que ficava nos mesmos domínios da oficina. Ao trabalharem parte da noite, o administrador e o escravizado conseguiram terminar tal encomenda. Na mesma edição *Sarif* complementa que:

E não se diga que isto aconteceu por ser em tal dia, porque os mesmos casos se repetem constantemente em todos e quaisquer dias; bastará dizer-vos que durante 12 anos como administrador que proprietário não tenho visto seis mezes o pessoal completo no trabalho. A falta de um, dois e três é constante, e quem tem trabalho para dez homens necessita ter pelo menos doze. Se um dia se apresentam todos no trabalho não se deve encommidar o mestre com providenciar mais que o trabalho d'aquelle dia, porque, pode contar de certo, que no seguinte, lhe faltarão outros daqueles que até ahi tinham comparecido, isto é, rendem-se. **No paiz pode-se dizer que não há indústria, mas essa pouca que existe de todo teria desaparecido se uma grande parte dos braços nella empregados não fossem escravos.** Não se julgue que estou declamando, apello para todos os meus colegas, quem estou certo, teem sofrido e sofrem os mesmos inconvenientes com que temos luctado. Qualquer dos estabelecimentos industriaes que nesta cidade prosperem pode ser investigado pelo articulista e verá que o elemento escravo pesou ahi com mais força que nos outros estacionários, indubitavelmente entregues ao trabalho livre (O ARTISTA, 11 de abril de 1863, grifo meu).

Como podemos observar, as opiniões dos redatores (que condenavam o ensino aos escravizados) e a de mestres de ofícios, engajados na prática rotineira, eram divergentes. Enquanto os redatores afirmavam que os artistas escravizados eram ineficientes e ignorantes, os mestres de ofícios afirmavam que estes eram garantidores da realização dos serviços requisitados nas lojas e oficinas.

Acreditamos que, o motivo para ocorrer tais divergências eram as posições que ambos estavam inseridos, pois eram realidades opostas. Os mestres de ofícios viviam diariamente com os artistas livres e escravizados, assim, conheciam sua assiduidade e técnicas. Por fim, podemos afirmar que São Luís, assim como toda a província no século XIX, contava com a presença de artistas escravizados nas mais variadas funções e profissões, como elemento impulsionador e crucial para a concretização da estrutura dos ofícios mecânicos no Maranhão.

3.4 Proposta do *O ARTISTA* Para a Abolição da Escravidão no Maranhão

No decorrer da escrita dessa pesquisa surgiram alguns questionamentos relacionados aos verdadeiros propósitos e concepções do jornal *O ARTISTA* em relação à população escravizada: o jornal era abolicionista ou escravista? Se os redatores do jornal não recomendavam o ensino dos ofícios mecânicos aos escravizados, então, aceitavam que a escravidão deveria permanecer existindo? Essas são algumas indagações que tentaremos responder neste tópico.

Do ponto de vista do jornal *O ARTISTA*, a organização do trabalho escravo e livre da província maranhense no século XIX era irregular e incapaz de produzir bons frutos, como vinha demonstrando ao longo do tempo. No que diz respeito ao trabalho escravo, os redatores afirmavam que, mesmo os escravizados “ardendo” de trabalhar noite e dia, estes tinham como forma de pagamento “mal alimento e péssimo vestuário”, sendo frequentemente considerados “cousa”. Enfatizando que, as leis vigentes da época eram responsáveis, de certa maneira, pela situação cotidiana dos escravizados. Uma vez que, as leis deveriam ser escritas e aplicadas sem paixões mesquinhas e por muitos homens justos. Mas, o jornal admitia que nas relações escravistas ainda imperava a força do poder senhorial, doméstico e privado, à despeito das leis, como se “cada senhor fizesse seu código moral, e variável, com seu humor do dia” (*O ARTISTA*, 11 de outubro de 1868).

Na perspectiva dos redatores, “com a escravidão implantou-se no Brasil o princípio da injustiça”, tendo em vista que, os senhores e toda a sociedade escravista brasileira desde a “infância” executavam e empunhavam os mais cruéis castigos e serviços aos escravizados, perdendo a “noção do justo”. Com a escravidão “o Brasil foi escolhido como terra da barbárie”, tendo cada senhor suas próprias leis. Dessa maneira, “a escravidão é uma das causas primordiais do triste estado do Brasil”, pois, o Brasil não obteria progresso a partir da mão de obra escravizada, considerada atrasada e ignorante (*O ARTISTA*, 11 de outubro de 1868). Em outras palavras, o jornal fazia crítica ao sistema, mas apresentava-se mais como anti-escravo do que propriamente como anti-escravista.

Havia no programa editorial do *O ARTISTA* uma proposta de abolição da escravidão no território maranhense, cujo processo levaria em torno de 20 a 45 anos, a depender de seu progresso e em determinado momento seria autossustentada pelos libertos. Em primeiro momento, o processo de abolição deveria estar assegurado pela legislação, a mesma deveria ser organizada e rigorosa e sempre que possível, deveria ser melhorada. Na visão do jornal, se a abolição ocorresse de maneira imediata, haveria grande perturbação social e mesmo um desequilíbrio na sociedade, vejamos:

Há vantagem em abolir – a de qualquer forma que o façamos, mas a conveniência certa é de futuro, em quanto que no presente, **se a medida fosse brusca, haveria grande perturbação social, e mesmo um desequilíbrio completo** se o problema fosse resolvido como foi no tempo da *rainha mai* em realação aos nossos indígenas. **Quer-se a reforma, mas deseja-se que ela seja feita sem perturbação no presente, sem quebras, ruínas de famílias, resoluções &.** Si o governo fizesse uma lei acabando de um jacto com a escravidão, não só os senhores actuaes ficarião arruinados, o que não seria justo porque esses escravos representão o fructo de um trabalho anterior, que mais ou menos algum teve; como além disso o paiz sofreria muito pela falta de braços, pois que os livres são ociosos e os escravos passarião ao ser por muito tempo, se achassem a nossa legislação defeituosa como sempre esteve, e ainda está, a respeito de organização de trabalho (O ARTISTA, 18 de outubro de 1868, grifos meus).

Dessa maneira, apesar dos redatores “defenderem” a abolição da escravidão, suas preocupações não estavam voltadas necessariamente para o bem-estar e liberdade dos escravizados, e sim, aos prováveis e imediatos prejuízos que está causaria na estrutura escravista maranhense. Pois, os senhores de escravos ficariam arruinados economicamente, tendo em vista que, o contingente escravizado era fruto de investimentos anteriores. Além disso, a província sofreria pela falta de braços, afinal, eram os escravizados que desempenhavam os trabalhos e tarefas mais árduas da sociedade.

Segundo os redatores, cabia ao Estado somente a organização do trabalho, com todo seu aparato legal, preferia-se que a abolição ficasse a cargo de particulares, pois, os governantes da província já haviam demonstrado incapacidade para realizá-la. Tornava-se necessário que se planejasse muito bem a abolição, a mesma não deveria ser feita de qualquer maneira, era preciso planejamento e cautela, “convinha preparar as cousas para formar homens úteis e não vagabundos, devassos e crapulosos” (O ARTISTA, 18 de outubro de 1868). Assim, *O ARTISTA* colocava-se à disposição para ajudar nessa empreitada “indagando o meio pela qual essa enorme chaga da nossa sociedade poderia ser curada” (O ARTISTA, 11 de outubro de 1868).

Posto isso, a proposta apresentada pelo *O ARTISTA* acerca da abolição da escravidão na província maranhense era composta por várias medidas, umas interligadas às outras, incluindo crianças, homens e mulheres. A 1ª medida necessária para alcançar a “grande obra da emancipação” era que, “ficassem livres as crianças que nascessem depois da lei em vigor”, de preferência as de sexo masculino, depois de 1 ano e meio convivendo com a mãe, essas crianças passariam a viver sobre a tutela do governo no *Colégio dos Libertos*” (O ARTISTA, 18 de outubro de 1868). A proposta dos redatores acerca do futuro das crianças filhos (a) de mulheres escravizadas adiantava-se a características da proposta defendida pela a Lei do Ventre Livre.³

A 2ª medida tinha como intuito que “na data da lei se alforriassem um certo n.º de escravos de ofícios que ficariam sob a direção do governo por espaço de 10 anos, depois dos quais entrariam no gozo de sua liberdade, ficando só então de facto emancipados”. Durante esse período, os escravizados poderiam prestar serviços à particulares sobre a inspeção do Estado, caberia ao Estado recolher os salários ganhos pelos escravizados para depositar nos cofres da província. Esses salários seriam utilizados para custear as vestimentas, alimentação e educação das crianças nascidas livres por iniciativa da 1ª medida (O ARTISTA, 18 de outubro de 1868).

A 3ª medida tinha como propósito a criação do *Arsenal do Governo*, esse estabelecimento deveria ser administrado pelo Estado, devendo ser frequentado pelas crianças nascidas livres com idade de 5 a 6 anos, que anteriormente estavam sobre a tutela do governo no *Colégio dos Libertos*. No *Arsenal do Governo* as crianças “deverão aprender a ler, escrever, contar, e os princípios teóricos precisos para a arte a que se destinassem”, sua aprendizagem duraria em média de 6 a 8 anos. Os redatores ressaltavam que, “Os estabelecimentos deveriam ser montados de forma que cada liberto tivesse a sua conta corrente de despesas e de salários”, através do referencial analisado até o momento, percebemos que os gastos do Estado seriam mínimos, no fim das contas, os escravizados pagariam por sua própria liberdade e de seus descendentes (O ARTISTA, 18 de outubro de 1868).

Passados 08 anos do início do processo de emancipação, as despesas desses estabelecimentos ficariam a cargo dos “Pupilos do Estado”, pois já teriam idade para trabalhar, esses eram rapazes oriundos da 1ª medida. Os mais eficientes e habilidosos poderiam trabalhar fora do *Arsenal*, sobe a inspeção do diretor, ao receber o salário pelos serviços prestados, deveriam ser entregues aos cofres da província para ajudar na “grande obra da emancipação”. Os “Pupilos do Estado” ficariam sobre os cuidados do governo até os 21 anos, tempo estimado pelos redatores para concluir sua aprendizagem, durante todo esse período não receberiam nada do que ganhassem (O ARTISTA, 18 de outubro de 1868).

³Segundo Maria Aparecida C.R. Papali, a Lei Rio Branco ou a Lei do Ventre Livre, como popularmente é conhecida foi aprovada em 28 de setembro de 1871, “Constado de dez artigos, a Lei Rio Branco dirigia-se a dois sujeitos; ao escravo, futuro libertando, e ao filho da escrava, o ingênuo. A partir de seu terceiro artigo, a lei busca regulamentar o acesso à liberdade, traz a legalização da formação do pecúlio pelos escravos, para compra de alforria. Cria também os Fundos de Emancipação, buscando garantir a emancipação indenizada e, com isso, assegurar a legitimidade da propriedade privada (PAPALI, 2003, p.27-28).

No que diz respeito às mulheres, os redatores propuseram duas medidas. A 1ª medida era que as educassem semelhante ao que estava proposto aos homens, fazendo com que os rendimentos de seus salários fossem aplicados na “grande obra da emancipação”. Mencionando que, ao contrário da situação dos libertos de sexo masculino, que precisariam da construção de estabelecimentos do governo para ajudar em seu ensino e aprimoramento nas letras e nas artes, as crianças libertas de sexo feminino possuíam o *Asilo de Santa Thereza*, estabelecimento criado em 1855 pelo governo (O ARTISTA, 8 de novembro de 1868).

Desse modo, não haveriam motivos para construção de outro estabelecimento para esse fim, no entanto, contestavam as regras e regulamentos do *Asilo de Santa Thereza* destacando que, “O fim do asilo não pode ser ensinar a cozinhar, a fazer flores, doces & isso é necessário, mas não basta”, espera-se mudanças imediatas em relação a isso. Recomendavam que educassem as meninas libertas com moralidade, como também, esperavam-se que a educação e ensinamentos propostos pelo *Asilo* as fizessem entender que, elas estariam somente educadas quando pudessem sustentar a si mesma com os frutos de seu trabalho. A 2ª medida era alugar as meninas e mulheres libertas em “casas de família, em estabelecimentos de artes e de indústria” ao longo desse processo, as quantias recebidas por elas seriam entregues ao governo, para custear a educação e emancipação de outras mulheres escravizadas, o objetivo da 2ª medida não fugia da regra dos objetivos das demais medidas (O ARTISTA, 8 de novembro de 1868).

Em determinado momento os redatores sugerem que as moças que estariam sob a tutela do *Asilo*, poderiam se especializar e exercer funções como parteiras e tipógrafas, fugindo das funções tradicionais que eram delegadas às mulheres na época, como ser dona de casa e cuidar dos filhos enquanto o marido trabalhava para prover o sustento da família, pois, isso iria as deixar ociosas.

Na perspectiva dos redatores, se a proposta apresentada por eles fosse colocada em prática, dentro de pouco tempo a população escravizada tornar-se-ia moralizada e cheia de brio, como também, haveria excelentes artistas em todos os âmbitos da sociedade maranhense, sem grandes prejuízos aos senhores de escravos (O ARTISTA, 18 de outubro de 1868).

Após a análise hemerográfica podemos afirmar que, a proposta apresentada pelo *O ARTISTA* pretendia proteger ao máximo os empreendimentos e interesses da classe senhorial maranhense. Apesar de “admitirem” e “defenderem” que o contingente escravizado deveria ser livre, antes os escravizados (as) deveriam ficar sob a tutelada do Estado ou de particulares por mais de 10 anos, os rendimentos de seus serviços durante todos esses anos seriam depositados nos cofres da província, para custear a “grande obra da emancipação”. No fim das contas, seria

uma abolição gradual e autossustentada pelos libertos, o que conservava condutas e atitudes escravistas por parte de particulares e do Estado.

Desse modo, é controverso afirmarmos que *O ARTISTA* era abolicionista. Na retaguarda dessa proposta de abolição da escravidão no território maranhense, suas medidas funcionariam como tirânicas e disciplinadoras para a população escravizada, cuja liberdade permaneceria subjugada pela violência e vigilância.

O historiador José Murilo de Carvalho em seu livro *Cidadania no Brasil: o longo caminho*, ao mencionar a população escravizada durante o período colonial e imperial, assinala que “os escravos não eram cidadãos, não tinham os direitos civis básicos à integridade física (podiam ser espancados), à liberdade e, em casos extremos, a própria vida, já que a lei os considerava propriedade do senhor, equiparando-os a animais” (CARVALHO, 2002, p. 21). Ou seja, a denominação e a ideia de cidadania, com todos os “direitos” advindos com ela, seja eles políticos, sociais e civis, eram negados aos escravizados (as).

Segundo José Murilo de Carvalho, a questão central em relação a esse assunto, não era se esses direitos eram ou não respeitados, pois não eram, tendo em vista que, o caminho para a cidadania plena no Brasil mostrava-se tortuoso e longínquo. Mas, enfatizar que, a população escravizada nem ao menos eram considerados cidadãos perante as leis, resoluções e decretos vigentes da época, não possuíam direitos à liberdade, igualdade, participação política, educação e trabalho nas instituições públicas, por exemplo. Suas reivindicações e modo de vida não eram considerados, igualando-se a animais (CARVALHO, 2002).

O autor supracitado aponta que, aqueles que possuíam ao menos direitos políticos eram considerados cidadãos. Podendo votar nas eleições para senadores, juízes de paz, vereadores, e deputados, poderiam votar somente homens com idade de 25 anos ou mais, empregados públicos, artesãos, proprietários rurais, trabalhadores rurais, oficiais militares, chefes de famílias e bacharéis. As mulheres não eram incluídas nesse processo e os escravizados não eram considerados cidadãos, eram naturalmente excluídos desse processo (CARVALHO, 2002).

Portanto, a ideia de cidadania no Brasil durante o período colonial e imperial, é complexa e excludente. Sobretudo, quando analisamos os papéis desempenhados e ocupados pela população escravizada, muitas vezes maltratada e morta pelos abusos e maldades cometidos pelas elites escravistas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa pesquisa buscamos analisar e discutir as concepções existentes na historiografia brasileira e maranhense acerca da população livre e pobre em meados do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Através da análise historiográfica constatou-se que havia um consenso entre as elites escravocratas, letrados e autoridades oficiais acerca da população livre e pobre, ambos os tinham como vadios, criminosos e ociosos. Esses estereótipos surgiam na maioria das vezes pelo fato de os livres pobres não seguirem os desígnios dos grandes proprietários de terras ou do sistema capitalista, que exigiam sujeição e regularidade.

Dessa maneira, ao analisarmos o jornal *O ARTISTA: JORNAL DEDICADO À INDÚSTRIA E PRINCIPALMENTE ÀS ARTES*, publicado em São Luís, em meados dos anos de 1862-1869, conseguimos discutir e demonstrar ideias acerca de características e propostas de formação e alegado aperfeiçoamento da classe trabalhadora maranhense, assim como medidas pensadas sobre a abolição da escravidão.

Ao realizarmos a análise qualitativa do material explorado, constatou-se que as noções existentes na historiografia brasileira e maranhense no que diz respeito a população livre e pobre, ao seu modo de vida e ser, eram semelhantes às dispostas nas edições do jornal *O ARTISTA*. Como também, verificou-se que haviam trabalhadores livres e escravizados exercendo trabalhos mecânicos nas mesmas funções e lugares. Confirmando que, as fronteiras entre a liberdade e a escravidão na província maranhense do século XIX eram bastante incertas e complexas.

Ainda, foi possível compreendermos que, apesar dos redatores do jornal *O ARTISTA* defenderem as artes mecânicas para a população livre e pobre, os mesmos eram contrários à mesma forma de trabalho para a população escravizada. Verificamos também que, as medidas propostas pelo jornal acerca da abolição da escravidão na província maranhense em meados do século XIX, estavam comprometidas com o propósito de defender e preservar os interesses das elites escravistas que não deveriam ser prejudicadas.

Dessa maneira, podemos afirmar que, a proposta apresentada pela família Vieira Ferreira, proprietária do jornal, não prezava pela liberdade e bem-estar da população livre ou escravizada maranhense, antes preocupavam-se com as regalias e interesses das classes mais abastadas, afinal de contas, os Vieira Ferreira faziam parte dessa classe, eram proprietários de terras e escravos.

Por fim, acreditamos que esse trabalho possa instigar outras pesquisas acadêmicas referentes a população pobre livre e escravizada maranhense, como também, acerca das

propostas moralizantes e as ideias da formação da classe trabalhadora maranhense a partir das reflexões e considerações de periódicos.

PERIÓDICO

O Artista, *Jornal Principalmente Dedicado às Artes Mecânicas (MA) - 1862-1869*. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, J. A. G. **Espelho Crítico da Província do Maranhão**. Lisboa: Typografia Rollandiana, 1822.

ALMEIDA, A. J. S. Carisma, Vocação e poder em Miguel Vieira Ferreira: proposta de interpretação do sujeito a partir de categorias weberianas. **Caderno Pós Ciências Sociais**, São Luís, v. 1, n. 1, jan./jul. 2004.

ALMEIDA, A. J. S. **O anjo reificado**: sentido do carisma e do poder na Igreja Evangélica Brasileira. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, UFMA - 2005.

ALVES, F. L.; GUARNIERI, I. L. A utilização da imprensa escrita para a escrita da História: diálogos contemporâneos. **Revista Brasileira De Ensino De Jornalismo**, Brasília, v. 1, n. 2, 2007. Disponível em: <http://rebej.abejor.org.br/index.php/rebej/article/view/93>. Acesso em: 08 ago. 2022.

ARAÚJO, J. S. A imprensa no Maranhão na segunda metade do século XIX: Estado imperial, jornais e a divulgação da guerra do Paraguai para um público leitor. **Dimensões**, Vitória, vol. 33, 2014, p. 360-383.

ASSUNÇÃO, M. R. **De Caboclos a Bem-Te-Vis**: Formação do campesinato numa sociedade escravista: Maranhão 1800-1850. São Paulo: Annablume, 2015.

BARBOSA, M. **História da Comunicação no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

BARROS, J. A. **Fontes históricas**: uma introdução aos seus usos historiográficos. *Histórias e Parcerias*: Anpuh RJ, 2019.

BARROS, J. A. Fontes históricas: revisitando alguns aspectos primordiais para a Pesquisa Histórica. **Mouseion**, Canoas, n. 12, p. 129-159, mai-ago, 2012. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Mouseion/article/viewFile/332/414>. Acesso em 17 ago. 2022.

BEZERRA, J. A. **Civilizar os sertões, consolidar o Estado**: a colônia militar do Jataí e os aldeamentos indígenas no Tibagi (1845 – 1897). Dissertação (Mestrado em História), UNIFESP, Guarulhos, 2015.

BRITTO, M. S. G. Artes do ferro entre escravos e libertos: as práticas e a aprendizagem, Minas Gerais, século XIX. **Ars Histórica**, Rio de Janeiro, v. 3, 2011.

BRÜGGEMANN, A. A. **A Sentinela isolada**: o cotidiano da colônia militar de Santa Thereza (1854-1883). Dissertação (Mestrado em História). UFSC, Florianópolis, 2013.

- BURKE, P. **A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales, 1929-1989.** São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.
- CALONGA, M. D. O jornal e suas representações: Objeto ou fonte histórica?. **Comunicação & Mercado/UNIGRAN**, Dourados, vol. 01, n. 02 , p. 79-87, nov. 2012.
- CAPELATO, M. H. **Imprensa e História do Brasil.** São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.
- CARNEIRO, H. M. S. **As formas de tratamento tu/você no português falado ludovicense.** Dissertação (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa). Universidade Estadual Paulista - Júlio de Mesquita Filho, 2011.
- CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil: o longo Caminho.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CASTRO, C. A. Um jornal dedicado à indústria e às artes no Maranhão Império. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 10, n. 1, 2011. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/13146>. Acesso em: 02 ago. 2022.
- CHRISTILLINO, C. L. O homem livre e pobre no Brasil oitocentista *In*: OLIVEIRA, TB. org. **Trabalho e trabalhadores no Nordeste: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba** [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2015.
- CONCEIÇÃO, W. M. F. **As experiências do trabalho livre no Brasil escravocrata do século XIX.** Monografia-UEMA, São Luís, 2007.
- COSTA, Y. M. P. Sociedade e escravidão no Maranhão do século XIX. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais.** Rio Grande, Vol. 10, n. 20, jul/dez, 2018.
- COSTA, E. V. **Da monarquia à república: momentos decisivos.** 2. ed. São Paulo: UNESP, 1999.
- EISENBERG, P. **Homens esquecidos: Escravos e trabalhadores livres no Brasil – Século VXIII e XIX.** Campinas: UNICAMP, 1989.
- EISENBERG, P. **Peter Eisenberg (1940-1988).** Campinas: Biblioteca de Obras Raras. 2020. Disponível em: <https://bora.unicamp.br/bora/peter-eisenberg/>. Acesso em 10 de jul. 2022.
- FARIA, R. H. M. **Mundos do Trabalho no Maranhão Oitocentista: Os Descaminhos da Liberdade.** São Luís: EDUFMA, 2012.
- FRANCO, M. S. C. **Homens livres na ordem escravocrata.** 4 ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- GARCEZ, K. M. G. **Centro e Centralidade em São Luís do Maranhão.** Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, Presidente Prudente, 2009.

- GORENDER, J. **Brasil em Preto & Branco: O passado escravista que não passou.** São Paulo: Senac, 2000.
- JESUS, M. G. **Racismo e Decadência: Sociedade, Cultura e Intelectuais em São Luís do Maranhão.** Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- KOWARICK, L. **Trabalho e vadiagem: A origem do trabalho livre no Brasil.** 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1994.
- LEITE, C. H. F. Teoria, metodologia e possibilidades: os jornais como fonte e objeto de pesquisa histórica. **Escritas**, Araguaína, vol. 7, n. 1, p. 3-17, 2015.
- LIGGIO, L. Charles Dunoyer e o Liberalismo Clássico Francês. *Journal of Libertarian Studies*, Auburn, vol. 1, n. 3, p. 153-178, 1977.
- LIMA, M. A. M. **A Cidade no Tempo: Uma Breve História dos Logradouros de São Luís.** São Luís, 2011. Disponível em: https://www.academia.edu/4987612/A_Cidade_no_Tempo_Uma_Breve_História_dos_Logradouros_de_São_Luís 2011. Acesso em: 06 de jul. 2023.
- LUCA, T. R. A história dos, nos e por meio dos periódicos. *In: PINSKY, C. B. (org.). Fontes Históricas.* São Paulo: Contexto, 2005.
- LUCCA, T. R. **Práticas de Pesquisa em História.** São Paulo: Contexto, 2020.
- LUZ, I. M. **Compassos Letrados: artífices negros entre instrução e ofício no Recife (1840 – 1860).** Recife: UFPE, 2013.
- MACHADO, S. Trabalho escravo e trabalho livre no Brasil – Alguns paradoxos históricos no direito do trabalho. **Revista da Faculdade de Direito UFPR.** Curitiba, jun. 2003. ISSN 2236-7284. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/direito/article/view/1766/1463>. Acesso em 17 maio/2022.
- MAGALHÃES, D. J. G. **A Revolução da Província do Maranhão.** Typographia do Progresso, São Luís. 1858. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4156>. Acesso em: 10 de mar. 2022.
- MARIANE, B. Os primórdios da imprensa no Brasil. *In: ORLANDI, E. (Org.). O Discurso Fundador.* São Paulo: Pontes, 1993.
- MARTINS, R. A. F. Breve Panorama histórico da imprensa literária no Maranhão Oitocentista. **Animus - revista interamericana de comunicação midiática**, Santa Maria, v. 18, jul-dezembro, 2010.
- MATOS, M. F. B.; ARAÚJO, R. C. A. Imprensa no Maranhão: Trajetória Bicentenária. **Outros Tempos**, São Luís, v. 18, n. 32, p. 169-175, 2021.
- MEIRELES, M. M. **História do Maranhão.** São Luís: SIOGE; Secretaria de Cultura do Estado do Maranhão, 1996.

MOURA, C. **Sociologia do Negro Brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.

MOURA, D. A. S. Cotidiano, trabalho e pobreza em tempos de transição: Campinas, 1850 – 1888. **Cadernos Ceru**, São Paulo, Série 2, n. 7, 1996.

GOUVEIA NETO, J. C. **Hábitos costumeiros na São Luís da segunda metade do século XIX em Tempo de Histórias**. PUBLICAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA 7 PPG -HIS/UnB, n. 13, Brasília, 2008.

PAIVA, J. G. **Trabalho escravo e trabalho livre nos anúncios de jornais em Curitiba no século XIX**. 2013. 65 p. Monografia – UFPR, Curitiba, 2013.

PAPALI, M. A. R. **Escravos, libertos e órfãos: a construção da liberdade em Taubaté (1871-1895)**. São Paulo: Annablume Fapesp, 2003).

PEREIRA, J. J. **As representações da escravatura na imprensa jornalística do Maranhão na década de 1880**. Dissertação (Doutorado em História Social), Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2006.

PIMENTEL, A. O Método da Análise Documental: Seu Uso Numa Pesquisa Historiográfica. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 114, p. 179-195, nov. 2001.

PINHEIRO, R. A. Gênese da imprensa no Maranhão nos séculos XIX e XX. **Comunicação & Sociedade**, São Bernardo do Campo, PósCom-metodista, a. 29, n. 49, p. 43-64, 2º sem. 2007.

PINHEIRO, M. L. U. Imprensa e cultura letrada no Amazonas, 1889-1930. In: **Simpósio Nacional de História**, 25, 2009, Fortaleza. ANAIS DO XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – HISTÓRIA E ÉTICA. Fortaleza: ANPUH, 2009.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PRADO JÚNIOR, C. **História Econômica do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.

PINSKY, C. B. *et al.* **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

REIS, L. **A liberdade que veio do ofício: práticas sociais e cultura dos artífices da Bahia do século XIX**. Salvador: EDUFBA, 2013.

REVEL, J. (Org.). **Jogos de Escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIBEIRO, F. P. **Às Fronteiras da capitania do Maranhão e da de Goyaz no anno de 1815 a serviço de S.M.** Rio de Janeiro: *Fedelissima Typografia Universal de Laemmert*, 1848.

RUDE, F. **Stendhal et La Pensée sociale de Son Temps**. Paris: Plon, 1967.

SANTOS, R. L. As percepções de Spix e Martius sobre a paisagem maranhense. **Revista Tempos Históricos**, [s. l], v. 19, n. 1, p. 138-152, 2015. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/12764>. Acesso em: 6 jul. 2023.

SEIBEL, J. E. **Pesquisa hemerográfica**. Florianópolis: UFSC (Mimeo), 2007.

SERRA SOBRINHO, J. **Sessenta anos de jornalismo: A imprensa no Maranhão 1820-1880**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editores Faro & Lino, 1883.

SOUZA, L. L. *A imprensa régia o tardio nascimento da imprensa no brasil*. **Verbum**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 310-323, mai. 2020.

SPIX; MARTIUS. **Viagem Pelo Brasil, 1817-1820**. Brasília: Edições do Senado Federal, vol. 2, 2017.

STEINER, P. A tradição francesa de crítica sociológica à Economia Política. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 8, n. 15, p. 13-45, out. de 2009.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum: estudo sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, E. P. **Formação da classe operária inglesa - A formação de Adão**. v. 2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

XAVIER, M. A. Memória sobre o decadente estado da lavoura e comércio da Província do Maranhão e outros ramos públicos, que obstam a prosperidade e aumento do que é suscetível. **Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 231, 1956.

ZENKNER, T. T. S. **São Luís no Século XIX: uma capital em construção**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: https://patronage.fapema.br/anexos/ACC-PROD_0072020SECID-1037-20.pdf. Acesso em: 13 out. 2022.

